

AGENTE DE POLÍCIA LEGISLATIVA (PRÉ-EDITAL)

Tipo – GRAN

**SUA PROVA**

As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta;

Além deste caderno de questões, contendo setenta questões objetivas, você receberá do Fiscal de Sala:
o cartão-resposta das questões objetivas.

**TEMPO**

Você dispõe de **4h** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão-resposta e preenchimento da folha de texto definitivo. **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões. Faltando **30 minutos** para o fim da prova, é possível retirar-se da sala, levando o caderno de questões.

**NÃO SERÁ PERMITIDO**

Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
Levantar da cadeira sem autorização do Fiscal de Sala;
Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.

**INFORMAÇÕES GERAIS**

Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o Fiscal da Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;
Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão-resposta;

Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);

Confira sua cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão-resposta, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na Ata da Sala;

Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu material. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca do cartão-resposta ou folha de texto definitivo em caso de erro;

Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão-resposta e na folha de texto definitivo;

Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!

Baseado no formato de prova aplicado pela banca FGV



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2510071054M

TIPO DE MATERIAL::

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

1º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Câmara dos Deputados
CD

CARGO:

Agente de Polícia Legislativa

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

Técnico Legislativo - Policial Legislativo Federal

MODELO/BANCA:

FGV

EDITAL:

Pré-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

10/2025

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

10/2025

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

Língua Portuguesa

Letícia Bastos

Leia o texto para os itens de 1 a 15

- 1 Em pleno momento de grandes transformações político-sociais, na segunda metade da década de 1970, quando já havia inclinações para a volta da democracia, o cantor e compositor Belchior anunciava que “o passado é uma roupa que não nos serve mais”. Os padrões de hoje já nos estabelecem estilos e modelos diversos daqueles que um dia adotamos como referência. Definitivamente, aquele que envergou a vestimenta outrora usada já não é mais a mesma pessoa e qualquer tipo de tentativa de reutilizá-la passará, necessariamente, pela realização de ajustes que se amoldem ao instante presente.
- 2 Velhos hábitos incorporados à nossa rotina devem, periodicamente, ser revisitados, a fim de que se tornem compatíveis com a realidade e a concretude do presente. Se, antes, a vasta cabeleira podia ser repartida ao meio, dando a quem a ostentava ares despojados e joviais, no tempo atual, para muitos, a escassez capilar obriga a adaptar o penteado. Nada adianta ficar de mal com a superfície que a imagem reflete. De qualquer forma, nada ou ninguém passa incólume pela ação do tempo, sem experimentar transformações de todas as naturezas.
- 3 Mudar é verbo que se conjuga em perfeita sintonia com viver e, essencialmente, compõe rima exata com adaptar. Ao descrever a teoria da evolução, Charles Darwin assentou que a sobrevivência não é assegurada pelo emprego da força, mas depende de mudanças adaptativas dos seres expostos às transformações constantes (paulatinas ou abruptas) do ambiente que os cerca.
- 4 O contexto estampado veicula um paradoxo. Se, por um lado, a marcha da mudança é via que não admite retorno, permitindo apenas momentos de variações rítmicas dos passos, mas sem nunca ser contida, por outro, ela aterroriza, chegando quase a paralisar o paciente da mutação. No entanto, não é o medo do escuro que vai impedir que a Terra gire, tampouco fará que a luz solar tome o lugar da noite pouco iluminada.

Fábio Túlio Filgueiras Nogueira. O tribunal de contas contemporâneo, o processo de transformação e a pandemia. In: Edilberto Carlos Pontes Lima (coord.). Os tribunais de contas, a pandemia e o futuro do controle. Belo Horizonte: Fórum, 2021, p. 245-254 (com adaptações)

1

A respeito das ideias e das relações de sentido estabelecidas no texto, analise as alternativas abaixo:

- (A) A tese principal do autor, endossada pela referência a Belchior, restringe-se ao plano pessoal e comportamental, focando na necessidade de ajuste de velhos hábitos e estilos de vida.
- (B) O conceito de mudança no texto é apresentado de forma paradoxal, pois, ao mesmo tempo que é inelutável e constante, provoca medo e resistência, podendo levar à inação.
- (C) A teoria da evolução de Charles Darwin é citada para refutar a noção de que a sobrevivência depende da força, substituindo-a pela ideia de que a persistência das espécies está vinculada à capacidade de impor transformações ao ambiente.
- (D) O autor argumenta que o medo da transformação é um sentimento que, apesar de natural, é capaz de impedir o curso natural da mudança, paralisando a evolução do indivíduo.
- (E) A metáfora da "vasta cabeleira" (4º parágrafo) e sua contraposição à "escassez capilar" é empregada para defender que a adaptação é um processo que deve ser conduzido pela busca de retorno aos padrões estéticos anteriores.

2

Assinale a única alternativa correta sobre o papel das fontes e a articulação dos argumentos no texto.

- (A) A citação da canção de Belchior é a principal evidência de que a mudança é um fenômeno exclusivamente cultural e político, distinto da evolução biológica.
- (B) O argumento de Belchior ("o passado é uma roupa que não nos serve mais") e a teoria de Charles Darwin ("a sobrevivência... depende de mudanças adaptativas") sustentam-se mutuamente para afirmar a tese da **necessidade de ajuste** em face do tempo.
- (C) A teoria de Darwin é usada como analogia para criticar a rigidez de velhos hábitos e padrões, mas a analogia é imperfeita, visto que as mudanças paulatinas do ambiente não se aplicam ao ambiente político-social.
- (D) A afirmação "nada ou ninguém passa incólume pela ação do tempo" (4º parágrafo) é uma conclusão extraída diretamente dos dados apresentados pela teoria da evolução, servindo como reforço biológico à tese.
- (E) O paradoxo apresentado no penúltimo parágrafo serve para relativizar a inevitabilidade da mudança, sugerindo que, em determinadas circunstâncias, é possível frear ou conter as transformações.

3

Infere-se das ideias do texto que a rigidez ou a incapacidade de adaptação é a característica que, no contexto das transformações, melhor se relaciona à noção de:

- (A) Despojamento, uma vez que a rejeição à mudança gera uma postura de desapego aos padrões sociais estabelecidos, o que foi simbolizado pelo estilo jovial da cabeleira.
- (B) Antítese, dada a relação direta de contradição entre a força física e a capacidade adaptativa, conforme evidenciado pela teoria darwiniana.
- (C) Inércia, pois a resistência à mutação leva ao risco de paralisia e ao impedimento de acompanhamento da marcha da transformação.
- (D) Inclusão, visto que a necessidade de ajuste (como a "realização de ajustes") é uma condição para a reintegração do indivíduo nos novos padrões sociais vigentes.
- (E) Retorno, já que a tentativa de reutilizar o passado (a roupa que não serve mais) demonstra o desejo latente de fazer a mudança regredir.

4

Quanto ao valor de sentido conferido a elementos específicos do texto, analise as alternativas a seguir:

- (A) A expressão "**rima exata**" (4º parágrafo: "...compõe **rima exata** com adaptar") tem valor metafórico de **necessidade e complementaridade**, enfatizando que a vida exige, como sua única condição, a mutação.
- (B) A afirmação de que a mudança "afloriza" o paciente da mutação (penúltimo parágrafo) sugere, em tom otimista, que o processo de transformação é superficial e passará rapidamente.
- (C) A expressão "**ação do tempo**" (4º parágrafo) e a "**marcha da mudança**" (penúltimo parágrafo) são empregadas como sinônimos contextuais de **evolução e progresso**, sem qualquer carga semântica de inevitabilidade ou ameaça.
- (D) O contexto em que se insere o trecho "nada adianta ficar de mal com a superfície que a imagem reflete" (4º parágrafo) serve para reforçar a ideia de que a rigidez e a negação da nova realidade são atitudes estereis e ineficazes.
- (E) A palavra "**essencialmente**" (4º parágrafo: "...e, **essencialmente**, compõe rima exata com adaptar") poderia ser suprimida do texto sem prejuízo semântico, pois o verbo *conjug*ar já carrega a ideia de obrigatoriedade da adaptação.

5

Assinale a única alternativa incorreta sobre a abrangência da tese de adaptação apresentada no texto.

- (A) A tese central da **inevitabilidade da mudança** aplica-se de forma abrangente ao plano político-social (contexto inicial), ao plano individual (a vestimenta e os hábitos) e ao plano biológico (a teoria da evolução).
- (B) A afirmação de que a mudança é uma "via que não admite retorno" é uma figura de linguagem utilizada para estabelecer a **linearidade** do tempo, em oposição a qualquer tentativa de resgatar integralmente o que já foi vivido ou utilizado.
- (C) O conceito de **ajuste** é apresentado como uma etapa obrigatória da adaptação, sendo necessário apenas para a reutilização de velhas vestimentas, mas dispensável para a incorporação de novos hábitos.
- (D) A menção ao **paradoxo** no penúltimo parágrafo serve ao autor para diferenciar a realidade da mudança (processo contínuo) da percepção subjetiva do indivíduo sobre ela (o medo e a paralisia).
- (E) A ideia de que "mudar é verbo que se conjuga em perfeita sintonia com viver" é a síntese do argumento, elevando a adaptação de uma mera **opção** a uma **condição intrínseca** da existência.

6

Ao se analisar a classificação e as características tipológicas predominantes no texto, pode-se afirmar que:

- (A) A predominância tipológica é a **Descritiva**, pois o autor utiliza a enumeração de detalhes visuais (roupa, cabeleira, escassez capilar) e a caracterização de estilos para construir um quadro estático que serve de metáfora para a tese central.
- (B) O texto se enquadra primariamente na tipologia **Argumentativa**, pois o autor tem como finalidade persuadir o leitor sobre a necessidade de aceitação da mudança, utilizando a citação de Darwin como prova irrefutável de uma lei natural.
- (C) A base **Narrativa** é evidente, pois o texto relata uma sequência cronológica de eventos (da canção de Belchior na década de 1970 aos padrões atuais), estabelecendo a evolução da moda e dos costumes como o ponto central da discussão.
- (D) O texto é classificado como **Dissertativo-Expositivo**, visto que seu foco é apresentar, de forma objetiva e sem juízo de valor, a coexistência da teoria da evolução e da canção de Belchior como meros exemplos de transformação cultural e biológica.
- (E) O caráter **Injuntivo** é subjacente ao texto, uma vez que a afirmação de que velhos hábitos "devem, periodicamente, ser revisitados" configura uma ordem ou instrução disfarçada para a adaptação.

7

A respeito da acentuação gráfica dos vocábulos do texto, conforme as regras da norma-padrão da língua portuguesa, marque a única alternativa correta:

- (A) O monossílabo tônico "**já**" (1º parágrafo) e a hipotética forma verbal "**pôde**" (se usado no passado: *ele pôde*) são acentuados por regras distintas, sendo o segundo acento um **diferencial de tonicidade** entre o passado e o presente.
- (B) O vocábulo "**ninguém**" (4º parágrafo) é acentuado por ser oxítono terminado em ditongo nasal **em**, seguindo a mesma regra que justifica a acentuação do termo **também** (4º parágrafo).
- (C) O acento agudo na forma verbal "**é**" (2º parágrafo) e a ausência de acento na forma verbal "**foi**" (hipotética) são justificadas pelo fato de apenas a primeira ser considerada um monossílabo tônico terminado em vogal aberta.
- (D) O substantivo "**hábitos**" (3º parágrafo) é acentuado por ser proparoxítona, e essa regra não admite exceções, enquanto o acento do verbo **têm** (plural hipotético) é obrigatório, mas possui uma exceção (o singular *tem*).
- (E) A regra de acentuação que justifica o hiato tônico "**saída**" difere da que acentua os verbos "**contém**" ou "**mantém**" (derivados de *ter* e *vir*), mas ambas são classificadas como regras especiais do Acordo Ortográfico.

8

Assinale a única alternativa correta quanto à classificação e ao papel coesivo e semântico dos elementos destacados no texto.

- (A) O vocábulo "**que**" (4º parágrafo: "...a superfície **que** a imagem reflete") é classificado como **conjunção subordinativa integrante** e inicia uma oração que restringe o sentido de *superfície*.
- (B) O termo "**Ao descrever**" (penúltimo parágrafo) é uma locução verbal que introduz uma oração reduzida de gerúndio, com valor semântico de **tempo** e **anterioridade** em relação ao verbo da oração principal (*assentou*).
- (C) O verbo "**compõe**" (4º parágrafo: "...essencialmente, **compõe** rima exata com adaptar") está empregado no sentido de *formar* ou *constituir*, concordando com o sujeito da oração, que é o termo **Mudar**.
- (D) A preposição "**com**" (penúltimo parágrafo: "...em perfeita sintonia **com** viver...") é exigida pela regência do substantivo *sintonia*, e sua supressão não altera a correção gramatical, mas prejudica a clareza do sentido de *relação*.
- (E) A supressão do termo "**já**" (1º parágrafo: "...quando **já** havia inclinações...") não acarreta incorreção gramatical, mas elimina o advérbio que tem valor temporal de **anterioridade imediata** em relação ao momento das transformações.

9

A respeito da classificação morfológica e do valor semântico dos termos sublinhados no texto, marque a correta:

- (A) O termo "**mais**" (1º parágrafo: "...não nos serve **mais**") e a palavra "**apenas**" (penúltimo parágrafo: "...permitindo **apenas** momentos de variações...") pertencem à classe dos advérbios, mas possuem valores semânticos distintos: o primeiro é de intensidade e o segundo é de exclusão.
- (B) O pronome "**o**" (1º parágrafo: "...aquele que envergou a vestimenta **outrora** usada já não é **mais** a mesma pessoa") atua como pronome demonstrativo com função anafórica, retomando o substantivo *passado*.
- (C) O vocábulo "**outrora**" (1º parágrafo: "...vestimenta **outrora** usada...") é um advérbio de tempo, podendo ser substituído por *antigamente*, mas sua posição antes do adjetivo *usada* o classifica como um adjunto adverbial deslocado.
- (D) O pronome "**quem**" (4º parágrafo: "...dando a **quem** a ostentava ares despojados...") é classificado como pronome interrogativo substantivo, atuando como núcleo do objeto indireto da forma verbal *dando*.
- (E) O vocábulo "**ainda**" (1º parágrafo: "...quando **já** havia **inclinações** para a volta da democracia...") é um advérbio de tempo, e sua supressão não afetaria a coerência temporal do período, apenas a ênfase na persistência da situação.

10

A respeito da análise sintática do texto, analise as alternativas abaixo:

- (A) O trecho "na segunda metade da década de 1970" (1º parágrafo) é classificado como um Adjunto Adverbial de Tempo de Longa Extensão (mais de três palavras), exigindo, por isso, a vírgula para isolamento.
- (B) O sujeito da oração "depende de mudanças adaptativas dos seres expostos às transformações constantes" (penúltimo parágrafo) é a oração anterior: *a sobrevivência não é assegurada pelo emprego da força*.
- (C) A oração "para muitos" (4º parágrafo) é um Adjunto Adverbial de Finalidade, e sua ausência prejudicaria a coesão textual, mas não a correção gramatical do período.
- (D) O sujeito do verbo "**passa**" na oração "nada ou ninguém **passa** incólume pela ação do tempo" (4º parágrafo) é composto e determinado, formado pelos núcleos **nada** e **ninguém**.
- (E) No período "Se, antes, a vasta cabeleira podia ser repartida ao meio, dando a quem a ostentava ares despojados e joviais" (4º parágrafo), a oração principal está implícita, e a oração iniciada por **dando** é uma oração subordinada adjetiva reduzida de gerúndio.

11

Assinale a única alternativa correta a respeito do emprego e da correlação dos tempos e modos verbais no texto.

- (A) A forma verbal "**anunciava**" (1º parágrafo) está no Pretérito Imperfeito do Indicativo, indicando uma ação que ocorreu antes do contexto de "grandes transformações", podendo ser substituída, com manutenção do sentido de ação pontual no passado, por *anunciou*.
- (B) O uso do Pretérito Imperfeito do Indicativo em "**podia ser repartida**" (4º parágrafo: "a vasta cabeleira **podia ser repartida**...") indica uma possibilidade ou capacidade que existia como um hábito ou algo que se realizava no passado.
- (C) A correlação verbal no período "Se, antes, a vasta cabeleira **podia ser** repartida ao meio, no tempo atual, para muitos, a escassez capilar **obriga** a adaptar o penteado" está inadequada, pois o uso do Imperfeito do Indicativo na condição passada (podia) exige, na oração principal presente, o Futuro do Presente (*obrigará*).
- (D) A forma verbal "**assentou**" (penúltimo parágrafo) encontra-se no Pretérito Perfeito do Indicativo, e sua substituição por **assentava** alteraria o sentido, que passaria de uma conclusão definitiva para uma ação contínua ou habitual.
- (E) Na reescrita do período "Velhos hábitos... **devem**, periodicamente, ser revisitados, a fim de que se **tornem** compatíveis..." (4º parágrafo), a substituição do verbo principal por *deveriam* (no Condicional) exigiria, na subordinada de finalidade, a substituição de *tornem* pelo Infinitivo, em razão da regência.

12

Ao se analisar o emprego do sinal indicativo de crase, a única alternativa que está estritamente em conformidade com as regras da norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) Caso o autor tivesse escrito: "O homem que não se adapta está fadado **à** obsolescência e **à** marginalidade."
- (B) O trecho "o passado é uma roupa que não nos serve mais" (1º parágrafo) seria corretamente reescrito, em relação ao sentido e à regência, como: "O passado não corresponde **à** necessidade de renovação contínua."
- (C) A frase: "A sobrevivência não é assegurada pelo emprego da força, mas se deve **à** mudanças adaptativas dos seres" estaria correta, pois a preposição é exigida pelo verbo *dever* (dever-se a) e o artigo define o substantivo *mudanças*.
- (D) Caso o autor quisesse se referir a uma condição oposta, o período: "A escassez capilar obriga **à** quem a ostentava **à** aceitar a nova realidade" conteria crase obrigatória em ambas as ocorrências.
- (E) Na oração: "A marcha da mudança é via que não admite retorno **à** condições passadas", a crase seria facultativa por ocorrer antes de um substantivo plural.

13

Assinale a única alternativa correta a respeito da função sintática dos termos destacados nos trechos do texto.

- (A) Na oração "A sobrevivência não é assegurada pelo emprego da força" (penúltimo parágrafo), a expressão "**o emprego da força**" funciona como Agente da Passiva.
- (B) No trecho "Os padrões de hoje já nos estabelecem estilos e modelos diversos" (2º parágrafo), o pronome oblíquo "**nos**" exerce a função de Objeto Direto.
- (C) No trecho "qualquer tipo de tentativa de reutilizá-la passará, necessariamente, pela realização de ajustes" (3º parágrafo), o vocábulo "**reutilizá-la**" é um complemento nominal da palavra *tentativa*.
- (D) O termo "**o medo do escuro**" (último parágrafo) atua como Sujeito da oração "não é o medo do escuro que vai impedir que a Terra gire".
- (E) A oração "que não nos serve mais" (1º parágrafo) é classificada como Oração Subordinada Adjetiva Restritiva, e o termo "**mais**" funciona como Adjunto Adverbial de Intensidade.

14

A respeito da função sintática dos termos destacados nos trechos do texto, analise:

- (A) Na oração "Nada adianta ficar de mal com a superfície" (4º parágrafo), o termo "**ficar de mal com a superfície**" exerce a função de Sujeito Oracional.
- (B) O termo "**aos seres expostos**" (penúltimo parágrafo) complementa o sentido da palavra *mudanças*, e é classificado como Complemento Nominal.
- (C) O termo "**o processo de transformação**" (último parágrafo) atua como Objeto Direto da oração: "O contexto estampado veicula um paradoxo".
- (D) O termo "**joviais**" (4º parágrafo: "...ares despojados e **joviais**") possui função de Predicativo do Objeto da oração, qualificando o substantivo *ares*.
- (E) No trecho "a escassez capilar obriga a adaptar o penteado" (4º parágrafo), o termo "**a escassez capilar**" é um Objeto Direto preposicionado.

15

Em conformidade com a análise sintática dos períodos do texto, assinale a proposição cuja avaliação está rigorosamente correta.

- (A) No período "O contexto estampado veicula um paradoxo", o termo "estampado" é um Adjunto Adnominal, e sua remoção alteraria a coesão textual.
- (B) A expressão "a quem a ostentava" (4º parágrafo: "... dando a quem a ostentava ares despojados...") funciona sintaticamente como Objeto Indireto do verbo *dando*.
- (C) O termo "o passado" (1º parágrafo: "que o passado é uma roupa...") exerce a função de Predicativo do Sujeito da oração subordinada.
- (D) O termo "dos seres expostos" (penúltimo parágrafo: "...mudanças adaptativas dos seres expostos...") possui função sintática de Complemento Nominal.
- (E) Na oração "Velhos hábitos incorporados à nossa rotina devem, periodicamente, ser revisitados" (4º parágrafo), o trecho "à nossa rotina" atua como Objeto Indireto da oração reduzida.

Para responder aos itens de 16 a 30, leia o texto a seguir:

- 1 Entre as décadas de 1890 e 1930, período caracterizado pelo processo de modernização das grandes cidades, observou-se uma das maiores transformações técnicas nas habitações: a sua articulação aos sistemas de infraestrutura urbana. Com a chegada dos serviços de abastecimento de energia e saneamento no interior da moradia, surgiu a necessidade de espaços e práticas específicas para o funcionamento da nova aparelhagem, o que implicava a reorganização dos ambientes e da vida doméstica.
- 2 Um dos grandes feitos da tecnologia das canalizações foi concentrar e organizar os fluxos de água pura e servida, antes dispersos pelo espaço da cidade, e estabelecer, assim, maior controle sobre a captação e o descarte da água. Simultaneamente à oferta da infraestrutura sanitária, existia uma série de ações deliberadas para a extinção do uso compartilhado e gratuito da água, como a destruição dos chafarizes, para forçar a conexão das residências às redes urbanas, e a proibição do uso dos rios e córregos para banho, lavagem de roupa ou despejo de dejetos. Além dos riscos que ofereciam à saúde pública, essas práticas, comuns até então, passaram a ser consideradas como expressão do atraso civilizacional das grandes cidades do país, obstáculos em seu processo de modernização.

3

Nesse sentido, o cerceamento de determinadas práticas no espaço público respondia ao enquadramento de ordem do sistema de higiene, pelo qual se promovia a casa como lugar privilegiado do domínio sobre o consumo da água e de eliminação dos dejetos. Trata-se do processo que François Béguin, engenheiro de materiais e ex-líder do Grupo de Energia e Meio Ambiente, na França, denomina de "domesticação da circulação dos fluidos", em referência ao pioneiro sistema urbano de redes nas cidades industriais inglesas do século XIX.

4

Béguin mostra que, embora não tenham sido desenvolvidos para as habitações residenciais, o aparelhamento técnico e as atividades de captação de água, lavagem de roupa, banhos, despejo de água servida etc. passaram a ter lugar nos espaços domésticos. A configuração arquitetônica foi transformada com a instalação de dispositivos e equipamentos, bem como com a formulação de ambientes especiais, como os banheiros.

Clarissa de Almeida Paulillo. Padrões e apropriações da higiene na consolidação do banheiro nas moradias paulistas (1890–1930). In: Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, São Paulo, v. 30, p. 1–38, 2022. Internet: (com adaptações).

16

A respeito dos argumentos apresentados sobre a transformação das moradias paulistas (1890–1930), avalie a análise que melhor sintetiza o foco discursivo do autor.

- (A) A reconfiguração arquitetônica, com a criação dos banheiros, foi a única transformação visível desse período, mas não afetou, de maneira profunda, as práticas diárias de higiene.
- (B) O processo de modernização, baseado na infraestrutura, estabeleceu uma nova dualidade entre o controle técnico (a canalização) e a ausência de controle social (o uso compartilhado da água).
- (C) O principal dilema enfrentado pelos urbanistas do período foi a dificuldade em conciliar o novo sistema de canalizações com a permanência dos chafarizes e do uso dos rios, que eram essenciais para a lavagem de roupa.
- (D) O desenvolvimento dos sistemas de saneamento e energia foi impulsionado pela necessidade de reverter o modelo de captação e descarte de água, que até então favorecia as indústrias em detrimento das residências.
- (E) O cerceamento de práticas no espaço público (como o uso de rios) e a criação de espaços internos (como o banheiro) foram ações complementares que visavam à **privatização e à disciplina** do consumo de água, sob a égide da modernidade.

17

Considerando as ideias e as informações veiculadas no texto, julgue a proposição mais adequada.

- (A) O principal fator que levou à destruição dos chafarizes e à proibição do uso de rios e córregos foi a preocupação com os riscos à **saúde pública** que essas práticas ofereciam à população das grandes cidades.
- (B) O processo de modernização das habitações, ao integrar os sistemas de infraestrutura urbana, teve como consequência imediata e única a **reorganização dos ambientes e da vida doméstica**.
- (C) A tese central do texto é que a **modernização sanitária** não foi apenas um avanço tecnológico, mas também um instrumento de **controle** que transferiu o consumo e descarte da água do domínio público para o privado.
- (D) O conceito de "**domesticação da circulação dos fluidos**", citado no texto, relaciona-se exclusivamente ao pioneirismo do sistema de canalizações nas cidades industriais inglesas do século XIX.
- (E) A classificação das práticas de uso compartilhado da água como "expressão do atraso civilizacional" foi um juízo de valor amplamente aceito e desvinculado das ações deliberadas de cerceamento no espaço público.

18

Com base na leitura atenta do texto, assinale a única alternativa que apresenta uma inferência correta e pertinente ao argumento desenvolvido.

- (A) A expressão "**grandes feitos da tecnologia das canalizações**" (3º parágrafo) é utilizada em sentido irônico para destacar que, apesar da eficiência técnica, o sistema falhou em atender à população mais carente que dependia dos chafarizes.
- (B) O conceito de "**atraso civilizacional**" (4º parágrafo) era uma justificativa discursiva utilizada para legitimar a interferência do poder público e forçar uma adesão, não espontânea, ao novo modelo de infraestrutura.
- (C) A adoção dos banheiros e do novo aparelhamento doméstico (5º parágrafo) foi motivada, essencialmente, por uma demanda popular crescente pela privacidade e pelo conforto que esses espaços ofereciam.
- (D) O autor considera que o principal legado do processo de modernização (1890-1930) foi a dispersão dos fluxos de água pela cidade, o que culminou em um maior controle sobre o descarte dos dejetos.
- (E) O sistema de redes urbanas, embora não desenvolvido originalmente para habitações residenciais, foi prontamente adaptado no Brasil, uma vez que a tecnologia já estava consolidada desde o século XIX na Inglaterra.

19

Em relação às regras de concordância verbal e nominal aplicadas aos termos do texto, assinale a única proposição correta.

- (A) No trecho "o que **implicava** a reorganização dos ambientes e da vida doméstica" (1º parágrafo), o verbo *implicar* poderia, sem prejuízo para a correção, ser flexionado no plural (**implicavam**), concordando com os dois núcleos do objeto direto (*reorganização e vida*).
- (B) Caso o autor optasse por usar a ordem inversa, o trecho "observou-se uma das maiores transformações" (1º parágrafo) deveria ser reescrito, obrigatoriamente, como: **observaram-se** as maiores transformações.
- (C) No período "Além dos riscos que ofereciam à saúde pública, essas **práticas**, comuns até então, **passaram** a ser consideradas como expressão do atraso civilizacional" (4º parágrafo), a concordância verbal está correta, pois o sujeito (*práticas*) é plural e está no início da oração.
- (D) O substantivo "**aparelhamento**" (5º parágrafo) e as palavras que o modificam (*o aparelhamento técnico e as atividades de captação...*) impõem a concordância do verbo no plural, o que é mantido na frase: *passaram a ter lugar nos espaços domésticos*.
- (E) O adjetivo "**dispersos**" (3º parágrafo: "...fluxos de água pura e servida, antes **dispersos** pelo espaço da cidade...") está em perfeita concordância nominal com o núcleo do objeto direto (*fluxos*).

20

Considerando o segmento textual "Com a chegada dos serviços de abastecimento de energia e saneamento no interior da moradia, surgiu a necessidade de espaços e práticas específicas para o funcionamento da nova aparelhagem" (2º parágrafo), assinale a única alternativa que apresenta uma análise de concordância correta.

- (A) Caso fosse mantida a ordem direta, o verbo "**surgiu**" deveria, obrigatoriamente, ser flexionado no plural (**surgiram**), concordando com os dois núcleos do sujeito composto, *necessidade e espaços*.
- (B) O adjetivo "**específicas**" está corretamente no plural feminino, concordando com o núcleo nominal **práticas**, em detrimento do núcleo *espaços*.
- (C) O substantivo "**moradia**" e o termo "**moradias**" (plural), se usados para se referir ao mesmo objeto no período, exigem que o adjetivo concorde no singular em virtude do substantivo estar determinado por artigo.
- (D) O verbo "**surgiu**" está flexionado no singular, concordando por atração com o núcleo do sujeito mais próximo, "**necessidade**", o que é facultado pela norma-padrão.
- (E) Na substituição da forma verbal **surgiu** por **ocorreu**, a concordância permaneceria no singular (ocorreu a necessidade), pois o sujeito seria o termo **necessidade**.

21

Em relação ao emprego dos sinais de pontuação no texto, analise a proposição que está gramaticalmente correta.

- (A) A vírgula empregada imediatamente após "**grandes cidades**" (1º parágrafo) isola uma oração subordinada adjetiva que poderia ser suprimida do período sem prejuízo da informação essencial.
- (B) A vírgula após "**servida**" (3º parágrafo: "...água pura e servida, antes dispersos...") é de natureza facultativa, pois isola um Adjunto Adnominal de curta extensão.
- (C) A supressão da vírgula após "**sanitária**" (3º parágrafo: "Simultaneamente à oferta da infraestrutura sanitária, existia...") implicaria incorreção gramatical, pois isola um Adjunto Adverbial de Tempo deslocado de longa extensão.
- (D) O uso da vírgula após "**tecnologia das canalizações**" (3º parágrafo) seria facultativo, pois o termo exerce a função de sujeito da oração "concentrar e organizar os fluxos de água...".
- (E) No trecho "o que **implicava** a reorganização dos ambientes e da vida doméstica" (1º parágrafo), o vocábulo "**o que**" exige a vírgula anterior, pois introduz uma oração coordenada explicativa.

22

A respeito da pontuação no texto, assinale a única proposição cuja avaliação da regra de uso da vírgula está correta.

- (A) No trecho: "e a proibição do uso dos rios e córregos para banho, lavagem de roupa ou despejo de dejetos" (4º parágrafo), a vírgula é empregada para isolar os elementos de uma enumeração que funciona como **Objeto Direto**.
- (B) A vírgula após "**práticas**" (4º parágrafo: "...essas **práticas**, comuns até então, passaram...") é facultativa, pois isola uma oração subordinada adjetiva restritiva de curta extensão.
- (C) A vírgula após "**higiene**" (4º parágrafo: "...sistema de **higiene**, pelo qual se promovia a casa...") é empregada para isolar uma oração subordinada adjetiva explicativa.
- (D) As vírgulas que isolam a expressão "**na França**" (5º parágrafo) são de natureza obrigatória, pois se trata de um Adjunto Adverbial de Lugar deslocado de longa extensão.
- (E) A retirada das vírgulas que isolam o nome "**François Béguin**" (5º parágrafo) não implicaria incorreção gramatical, desde que a expressão subsequente fosse suprimida.

23

A partir da análise dos mecanismos de coesão textual utilizados no desenvolvimento das ideias, avalie a proposição cuja análise está correta.

- (A) O pronome demonstrativo "**o**" no trecho "**o que** implicava a reorganização dos ambientes" (2º parágrafo) retoma especificamente o termo "nova aparelhagem" e mantém a coesão referencial ao evitar sua repetição.
- (B) A locução "**Nesse sentido**" (4º parágrafo) atua como um elemento coesivo sequencial que introduz um novo tópico, indicando uma relação de **oposição** à ideia de atraso civilizacional.
- (C) O uso do termo "**essas práticas**" (4º parágrafo) estabelece coesão referencial por **elipse**, uma vez que remete a um termo que não está explicitamente citado, mas que é subentendido pelo leitor.
- (D) O conectivo "**pelo qual**" (4º parágrafo: "...sistema de higiene, **pelo qual** se promovia a casa...") retoma o termo antecedente "sistema de higiene" e possui valor semântico de **instrumento** ou **meio**.
- (E) A substituição do vocábulo "**embora**" (5º parágrafo: "**embora** não tenham sido desenvolvidos...") pela locução conjuntiva *visto que* manteria a correção gramatical do período, mas alteraria a relação semântica para **causa**.

24

Considerando o emprego dos pronomes oblíquos átonos, avalie qual das proposições a seguir apresenta uma reescrita do trecho original em estrita conformidade com as regras de colocação pronominal da norma-padrão.

- (A) O trecho "foi concentrar e organizar os fluxos..." (3º parágrafo) admitiria a reescrita: "foi concentrar os e organizar os fluxos de água servida, antes dispersos."
- (B) A substituição de "pelo qual se promovia a casa..." (4º parágrafo) pela construção com ênclise está gramaticalmente correta em: "pelo qual promovia-se a casa, com o fim de eliminar-se os dejetos."
- (C) A reescrita do trecho "observou-se uma das maiores transformações..." (1º parágrafo), com inversão para o início do período, está correta em: "Entre as décadas, se observou, uma das maiores transformações técnicas nas habitações."
- (D) A reescrita do trecho "Com a chegada dos serviços... o que implicava a reorganização dos ambientes..." (2º parágrafo), com a substituição do conector, está em conformidade com: "Com a chegada dos serviços... surgiu a necessidade de espaços, implicando-a na reorganização dos ambientes."
- (E) A forma "embora não tenham sido desenvolvidos para as habitações..." (5º parágrafo) pode ser substituída, mantendo a correção, por: "embora não se os tivessem desenvolvido para as habitações residenciais, se utilizaram-nos nos espaços domésticos."

25

Em conformidade com as regras de regência da norma-padrão da língua portuguesa, assinale a proposição cuja reescrita do trecho original está gramaticalmente correta.

- (A) O trecho "o que implicava a reorganização dos ambientes" (2º parágrafo) seria corretamente reescrito, no sentido de *ocasionar*, como: **implicava em** a reorganização dos ambientes e da vida doméstica.
- (B) O verbo da oração "existia uma série de ações deliberadas para a extinção do uso compartilhado e gratuito da água" (3º parágrafo) admitiria a substituição por *ocorrer*, com a seguinte regência: **ocorriam-se** uma série de ações deliberadas.
- (C) O verbo "**denominar**" (5º parágrafo) exige complemento sem preposição e poderia ser corretamente reescrito em: Béguin **denomina a** "domesticação da circulação dos fluidos", em referência ao sistema urbano.
- (D) A reescrita do trecho "e a proibição do uso dos rios e córregos para banho..." (4º parágrafo) está correta na seguinte construção: **era proibido o uso** dos rios e córregos a se banhar.
- (E) Na oração "o cerceamento de determinadas práticas no espaço público respondia ao enquadramento de ordem do sistema de higiene" (4º parágrafo), o verbo "**responder**" está empregado corretamente como transitivo indireto (responder a

26

Analisando o emprego da preposição em função da regência de nomes e verbos do texto, assinale a única proposição correta.

- (A) O substantivo "necessidade" (2º parágrafo: "surgiu a necessidade de espaços...") exige a preposição *de* para introduzir seu complemento nominal; essa preposição seria corretamente substituída por *em*, caso o complemento fosse uma oração (necessidade em que os espaços se reorganizassem).
- (B) O verbo "oferecer" (4º parágrafo: "...os riscos que ofereciam à saúde pública...") é um verbo transitivo direto e indireto, e a substituição do Objeto Indireto (*à saúde pública*) pelo pronome oblíquo correspondente resultaria em: os riscos que lhes ofereciam.

- (C) O verbo da oração "não tenham sido desenvolvidos para as habitações residenciais" (5º parágrafo) exige, no contexto, a preposição *para*, que indica o destino do desenvolvimento do aparelhamento.
- (D) A regência nominal do adjetivo "comuns" (4º parágrafo: "essas práticas, comuns até então...") exige a preposição *a*; a aplicação correta dessa regência estaria em: práticas comuns aos padrões de higiene.
- (E) O verbo "articular" (1º parágrafo: "...a sua articulação aos sistemas...") é usado com regência que exige a preposição *a* (*articular a*); se fosse usado como pronominal (*articular-se*), exigiria a preposição com (*articulou-se com os sistemas*).

27

Assinale a única alternativa em que a substituição do termo original por um de seus sinônimos ou expressões propostas mantém integralmente o sentido e a correção gramatical do período em que o vocábulo está inserido.

- (A) O vocábulo "**cerceamento**" (4º parágrafo: "o **cerceamento** de determinadas práticas...") poderia ser substituído por *restrição*, mantendo o sentido de limitação, desde que o termo "de determinadas práticas" fosse substituído por *a determinadas práticas*.
- (B) O termo "**aparelhagem**" (2º parágrafo: "...funcionamento da nova **aparelhagem**...") é sinônimo de *utensílio* no contexto, e sua substituição manteria o sentido e a correção gramatical.
- (C) O substantivo "**articulação**" (1º parágrafo: "...a sua **articulação** aos sistemas de infraestrutura urbana...") poderia ser substituído por *interligação*, exigindo a preposição *com* para manter a regência original: *a sua interligação com os sistemas...*
- (D) O substantivo "**domínio**" (4º parágrafo: "...casa como lugar privilegiado do **domínio** sobre o consumo da água...") tem sentido de *controle* e poderia ser substituído por *tutela*, mantendo a regência nominal: *tutela sobre o consumo da água*.
- (E) O adjetivo "**servida**" (3º parágrafo: "...fluxos de água pura e **servida**...") significa *utilizada*, e sua substituição por *empregada* preservaria o sentido, mas exigiria a preposição *em* para manter a correção gramatical: *água pura e empregada em atividades*.

28

A respeito dos princípios e atributos que norteiam a Redação Oficial brasileira, assinale a única proposição correta.

- (A) O princípio da **Impessoalidade** exige que o texto se limite à exposição dos fatos e prescindir de qualquer opinião ou juízo de valor, proibindo o emprego de adjetivos, mesmo aqueles que qualifiquem um fato já estabelecido.
- (B) A **Clareza** na Redação Oficial é alcançada prioritariamente pelo uso de vocabulário técnico e especializado, que demonstra o domínio do emissor sobre o assunto tratado, favorecendo a precisão do texto.
- (C) A característica da **Concisão** está relacionada à densidade das informações, sendo perfeitamente compatível com a necessidade de esgotar o assunto, desde que sejam evitadas redundâncias e passagens supérfluas.
- (D) O emprego de frases curtas e na ordem direta é uma técnica fundamental para garantir a **Formalidade** e a **Padronização**, mas pode ser flexibilizado em comunicações internas que tratem de assuntos urgentes e complexos.
- (E) O Manual de Redação da Presidência da República desaconselha o uso de jargões técnicos e estrangeirismos em todos os documentos oficiais, por considerá-los elementos que atentam contra o princípio da **Clareza** e da **Simplicidade**.

29

Considerando o emprego dos pronomes de tratamento em comunicações oficiais, assinale a única proposição cuja adequação à norma-padrão e ao Manual de Redação da Presidência da República está correta.

- (A) No endereçamento de um ofício destinado a um Ministro de Estado, o vocativo correto é **Excelentíssimo Senhor Ministro**, e o fecho, obrigatório, é *Respeitosamente*.
- (B) O pronome **Vossa Excelência** é empregado para o Presidente da República e também se aplica, por cortesia, a reitores de universidades e a chefes de gabinete, sendo o vocativo, nesses casos, *Senhor*.
- (C) O vocativo a ser empregado em comunicações dirigidas a Cardeais é **Eminentíssimo e Reverendíssimo Senhor Cardeal**, utilizando-se o fecho *Respeitosamente*.
- (D) O pronome de tratamento **Vossa Senhoria** é o mais adequado para se dirigir a vereadores, diretores e demais chefes de departamento, sendo usado o vocativo *Ilustríssimo Senhor*.
- (E) O emprego de **Vossa Magnificência** é restrito a Reitores de Universidades. Para as demais autoridades acadêmicas (Pró-Reitores e Professores), utiliza-se o pronome **Vossa Excelência**.

30

Assinale o único par de vocativo e fecho que está corretamente empregado e correlacionado, segundo as orientações da Redação Oficial, para as autoridades indicadas.

- (A) Para um Senador da República:
Vocativo: Senhor Senador. **Fecho:** Atenciosamente.
- (B) Para um Embaixador:
Vocativo: Excelentíssimo Senhor Embaixador. **Fecho:** Respeitosamente.
- (C) Para um Bispo:
Vocativo: Reverendíssimo Dom. **Fecho:** Respeitosamente.
- (D) Para um Juiz de Direito de Primeira Instância:
Vocativo: Ilustríssimo Senhor Juiz. **Fecho:** Atenciosamente.
- (E) Para o Governador de um Estado:
Vocativo: Vossa Excelência, Senhor Governador. **Fecho:** Atenciosamente.

Direito Constitucional

Rafael de Oliveira

31

Durante um debate acadêmico sobre a Constituição Federal de 1988, um estudante afirmou que o Brasil, por ser uma República Federativa, poderia permitir que um Estado-membro se separasse da federação, caso fosse aprovada lei estadual com esse objetivo. Outro colega rebateu dizendo que tal possibilidade não existe, pois violaria um princípio fundamental da República.

Considerando os princípios fundamentais previstos nos quatro primeiros artigos da Constituição, assinale a alternativa correta:

- (A) O estudante que defendeu a separação está correto, pois a Constituição assegura o direito à autodeterminação dos povos, previsto no artigo 4º, que também pode ser aplicado aos Estados-membros.
- (B) O colega que rebateu está correto, pois a Constituição, no artigo 1º, estabelece a união indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, não permitindo a secessão.
- (C) Ambos estão corretos, pois a Constituição, embora preveja a união indissolúvel, também autoriza, em situações excepcionais, a criação de novos países a partir de Estados federados.
- (D) Nenhum dos dois está correto, já que a Constituição não trata expressamente da possibilidade de dissolução da federação.
- (E) O estudante que defendeu a separação está correto, pois a soberania dos Estados-membros é fundamento da República, previsto no artigo 1º da Constituição.

32

Em uma rede social, uma pessoa publicou uma crítica política utilizando expressões ofensivas e injuriosas, sem se identificar. Após ser questionada judicialmente, alegou que a Constituição assegura a todos a liberdade de manifestação do pensamento e que, portanto, não poderia ser responsabilizada por suas palavras.

À luz do artigo 5º da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- (A) A alegação está correta, pois a liberdade de expressão é absoluta e não admite restrições, ainda que o autor da manifestação permaneça anônimo.
- (B) A alegação está incorreta, pois a liberdade de manifestação do pensamento é garantida, mas a Constituição veda o anonimato, permitindo a responsabilização civil e penal.
- (C) A alegação está correta, porque a Constituição não veda expressamente o anonimato quando se trata de crítica política, que goza de proteção reforçada.
- (D) A alegação está incorreta, mas apenas no aspecto civil, uma vez que não há previsão constitucional para responsabilização penal por manifestações anônimas.
- (E) A alegação está correta parcialmente, porque a Constituição veda o anonimato, mas não prevê o direito de resposta como forma de reparação.

33

Um candidato aprovado em concurso público se recusou a tomar posse no cargo em determinada data porque, segundo sua crença religiosa, naquele dia era vedada a prática de qualquer atividade laboral. A Administração Pública, entendendo que a recusa configurava desinteresse no cargo, anulou sua nomeação. O candidato, então, ingressou com ação judicial alegando violação a direito fundamental previsto na Constituição.

Considerando o disposto no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- (A) A Administração agiu corretamente, pois a liberdade de crença não pode sobrepor-se ao interesse público, sendo vedada qualquer flexibilização de atos administrativos por motivo religioso.
- (B) A conduta do candidato não encontra respaldo constitucional, já que a liberdade de crença é garantida apenas na esfera privada, sem repercussões nas relações com o Estado.

- (C) A atitude da Administração foi inconstitucional, pois a liberdade de consciência e de crença é inviolável, assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e a proteção aos locais de culto e suas liturgias.
- (D) O direito do candidato não é absoluto, de modo que sua recusa ao ato legalmente imposto não tem proteção constitucional, mesmo que exista previsão de prestação alternativa em lei.
- (E) A Constituição não garante a proteção da liberdade religiosa quando se trata de concursos públicos e relações jurídicas de natureza estatutária.

34

Durante uma investigação policial, agentes receberam denúncia anônima de que em determinada residência havia armazenamento de entorpecentes. Sem mandado judicial e sem que houvesse flagrante delito, os policiais decidiram entrar no imóvel durante a noite, sem autorização do morador, recolhendo substâncias ilícitas. O material foi utilizado como prova no processo criminal. Com base no disposto no artigo 5º, inciso XI, da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- (A) A entrada foi legítima, pois a denúncia anônima justifica o acesso imediato à residência, ainda que sem autorização do morador e sem mandado judicial.
- (B) A prova obtida é válida, já que o combate às drogas constitui interesse público relevante, que se sobre põe à inviolabilidade do domicílio.
- (C) A entrada foi ilegítima, pois a inviolabilidade do domicílio só pode ser relativizada em caso de flagrante delito, desastre, prestação de socorro ou, durante o dia, mediante ordem judicial.
- (D) A entrada foi legítima, pois a polícia tem o dever de investigar qualquer denúncia, ainda que sem autorização ou ordem judicial, desde que haja suspeita razoável.
- (E) A prova é válida porque a Constituição não trata expressamente da inadmissibilidade de provas obtidas por violação ao domicílio.

35

Um grupo de trabalhadores de determinada categoria decidiu criar um novo sindicato em sua cidade, alegando que não se sentiam representados pelo sindicato já existente. Protocolaram pedido de registro no órgão competente, mas este foi indeferido, sob o fundamento de que já existia organização sindical representativa da mesma categoria na base territorial pretendida. Inconformados, ajuizaram ação judicial sustentando que o indeferimento violaria o direito à livre associação sindical previsto na Constituição Federal.

Considerando o disposto no artigo 8º da CF/1988, assinale a alternativa correta:

- (A) Os trabalhadores têm razão, pois a Constituição garante a livre associação sindical, sem qualquer limitação de base territorial.
- (B) O indeferimento é legítimo, pois é vedada a criação de mais de uma organização sindical representativa de categoria profissional ou econômica na mesma base territorial.
- (C) Os trabalhadores estão corretos, já que a Constituição admite a criação de múltiplos sindicatos em uma mesma base, desde que representem diferentes correntes ideológicas.
- (D) O indeferimento é inconstitucional, pois o princípio da unicidade sindical foi abolido com a Constituição de 1988.
- (E) O indeferimento é inconstitucional, pois o Estado não pode intervir nem registrar sindicatos, cabendo apenas aos trabalhadores a definição de sua representatividade.

36

Um movimento político no Estado X defendeu a subdivisão do território estadual para a criação de um novo Estado. Os organizadores do movimento sustentaram que bastaria uma lei estadual aprovada pela Assembleia Legislativa para concretizar a mudança, uma vez que se trataria de assunto de interesse regional.

Considerando a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- (A) Os organizadores estão corretos, pois compete exclusivamente à Assembleia Legislativa autorizar a criação de novos Estados, sem necessidade de plebiscito.
- (B) A subdivisão de Estados é possível, mas depende de aprovação por plebiscito apenas na nova região que pretende se tornar Estado.

(C) A subdivisão ou desmembramento de Estados exige aprovação da população diretamente interessada por meio de plebiscito e posterior edição de lei complementar pelo Congresso Nacional.

(D) A Constituição proíbe expressamente a subdivisão ou desmembramento de Estados, preservando a atual configuração federativa como cláusula pétrea.

(E) A criação de novos Estados só é admitida se precedida de autorização do Supremo Tribunal Federal e de lei complementar estadual.

37

O Município Alfa aprovou uma lei criando um programa de repasse mensal de recursos públicos a uma determinada igreja local, com a justificativa de que a entidade religiosa prestava relevantes serviços sociais à comunidade carente. O Ministério Público ajuizou ação de inconstitucionalidade contra a norma municipal, alegando violação a um princípio fundamental da Constituição.

À luz do artigo 19, I, da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- (A) A lei é constitucional, pois a prestação de serviços sociais justifica a subvenção direta a entidades religiosas.
- (B) A lei é inconstitucional, pois é vedado ao Poder Público subvencionar cultos religiosos ou igrejas, ainda que alegadamente em benefício social.
- (C) A lei é constitucional, desde que o repasse seja condicionado à comprovação de atividades de assistência social reconhecidas pelo Estado.
- (D) A lei é constitucional, pois a colaboração de interesse público autoriza transferências diretas de recursos a igrejas e templos religiosos.
- (E) A lei é inconstitucional apenas porque a iniciativa deveria ter partido do Executivo, e não do Legislativo municipal.

38

O artigo 37 da Constituição Federal de 1988 estabelece os princípios que regem a Administração Pública e normas sobre cargos, empregos e funções públicas. Considerando o texto constitucional, analise as seguintes proposições:

- I – Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
- II – A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- III – O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- IV – Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego na carreira.

Assinale a alternativa correta:

- (A) Somente I está correto.
- (B) Somente I e II estão corretos.
- (C) Somente I, II e III estão corretos.
- (D) Todos estão corretos.
- (E) Somente II e IV estão corretos.

39

A Constituição Federal, em seu artigo 37, disciplina regras específicas sobre servidores públicos civis e militares. Analise as proposições abaixo:

- I – As funções de confiança são exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, enquanto os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento, devendo ser preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei.
- II – É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
- III – O direito de greve dos servidores públicos será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.
- IV – A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para pessoas portadoras de deficiência, definindo os critérios de sua admissão.

Assinale a alternativa correta:

- (A) Somente I está correto.
- (B) Somente II está correto.
- (C) Somente I, II e III estão corretos.
- (D) Todos estão corretos.
- (E) Somente II e IV estão corretos.

40

Com base nas disposições do art. 37 da Constituição Federal, em especial nos §§ 10 a 13, analise as proposições abaixo:

- I – É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com remuneração de cargo, emprego ou função pública, salvo nos casos de cargos acumuláveis na forma da Constituição, cargos eletivos e cargos em comissão de livre nomeação e exoneração.
- II – Não serão computadas, para efeito dos limites remuneratórios previstos no inciso XI do caput do art. 37, as parcelas de caráter indenizatório expressamente previstas em lei.
- III – Os Estados e o Distrito Federal podem fixar, mediante emenda às respectivas Constituições ou Lei Orgânica, como limite único o subsídio mensal dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a 90,25% do subsídio mensal dos Ministros do STF.
- IV – O servidor público titular de cargo efetivo poderá ser readaptado para cargo compatível com limitação física ou mental, desde que atenda aos requisitos de habilitação e escolaridade exigidos, mantida a remuneração do cargo de origem.

Assinale a alternativa correta:

- (A) Somente I está correto.
- (B) Somente I e II estão corretos.
- (C) Somente I, II e III estão corretos.
- (D) Todos estão corretos.
- (E) Somente II e IV estão corretos.

41

O Estado Alfa, em meio a uma crise fiscal, decidiu reajustar os vencimentos de seus servidores sem realizar qualquer consulta ou participação de órgão colegiado representativo. Um grupo de servidores ajuizou ação alegando que a medida era inconstitucional, pois desrespeitava o comando constitucional que determina a instituição de conselho específico para tratar de política de administração e remuneração de pessoal.

Com base no disposto no art. 39 da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- (A) O Estado agiu corretamente, pois a definição de remuneração de servidores é competência exclusiva do Poder Executivo, não havendo previsão constitucional de colegiado obrigatório.
- (B) O argumento dos servidores não procede, já que a Constituição permite que cada ente federativo trate da remuneração de seus servidores da forma que entender mais conveniente.
- (C) O argumento dos servidores procede, pois a Constituição exige que União, Estados, Distrito Federal e Municípios instituam conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes.
- (D) A medida do Estado Alfa é legítima, pois os conselhos previstos no art. 39 têm caráter apenas consultivo, sem impacto na definição de remuneração.
- (E) O reajuste é válido, já que a remuneração de servidores depende apenas de lei específica, e a ausência de conselho não compromete a legalidade do ato.

42

O Município Beta, visando conter gastos com transparência pública, deixou de publicar os valores do subsídio dos agentes políticos e da remuneração dos servidores no ano de 2024. Alegou que a divulgação poderia ferir a privacidade dos servidores e que bastava manter os contracheques disponíveis apenas para acesso individualizado. O Ministério Público ingressou com ação, sustentando violação à Constituição.

À luz do disposto no art. 39 da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- (A) A conduta do Município Beta é legítima, pois a divulgação pública dos subsídios e remunerações viola a intimidade dos servidores.
- (B) O Município Beta agiu corretamente, pois a Constituição não impõe a obrigatoriedade de publicidade dos valores de subsídio e remuneração de cargos públicos.

(C) A omissão do Município Beta é inconstitucional, já que os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário devem publicar anualmente os valores de subsídio e remuneração dos cargos e empregos públicos.

(D) A omissão é constitucional, pois a publicação dos valores só é obrigatória quando houver aumento de vencimentos no exercício.

(E) O Município Beta agiu corretamente, porque a publicidade só é exigida para os valores pagos a agentes políticos, e não aos servidores em geral.

43

Joana ingressou em cargo público efetivo após aprovação em concurso público realizado pelo Estado Gama. Ao completar três anos de efetivo exercício, pleiteou sua estabilidade no cargo. A Administração Pública, entretanto, informou que a estabilidade não poderia ser automaticamente reconhecida, pois faltava a realização da avaliação especial de desempenho. Joana contestou, alegando que o simples decurso do prazo trienal seria suficiente para garantir a estabilidade.

À luz da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- (A) Joana está correta, pois a estabilidade decorre apenas do decurso de três anos de efetivo exercício, independentemente de qualquer avaliação.
- (B) Joana está correta, pois a avaliação de desempenho é facultativa, não sendo exigência constitucional.
- (C) A Administração está correta, pois a aquisição da estabilidade exige, além do período de três anos, a realização de avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
- (D) A Administração está equivocada, pois a avaliação de desempenho é apenas requisito para promoção funcional, e não para a estabilidade.
- (E) Joana está correta, pois a avaliação de desempenho só se aplica a servidores ocupantes de cargos em comissão.

44

O Estado Delta, após divulgação de novo censo populacional, constatou expressivo aumento em sua população, o que lhe daria direito a mais cadeiras na Câmara dos Deputados. No entanto, o Tribunal Regional Eleitoral informou que, mesmo com o crescimento, o número de representantes só poderia ser ajustado no ano anterior às eleições, respeitando os limites mínimos e máximos previstos na Constituição. O Estado Delta ajuizou ação direta de inconstitucionalidade, alegando que a regra feria o princípio da proporcionalidade democrática.

À luz da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- (A) O Estado Delta tem razão, pois a Constituição determina que o número de Deputados deve ser ajustado anualmente, sempre que houver atualização populacional.
- (B) O Tribunal agiu corretamente, pois a Constituição prevê que os ajustes na representação proporcional serão feitos no ano anterior às eleições, respeitando os limites de no mínimo oito e no máximo setenta Deputados por unidade federativa.
- (C) O Estado Delta tem razão, pois cada Estado pode definir, por lei estadual, o número de seus Deputados, desde que respeitada a proporcionalidade populacional.
- (D) O Tribunal agiu incorretamente, já que a Constituição fixa apenas um limite máximo de setenta Deputados, sem número mínimo.
- (E) O Estado Delta tem razão, porque a proporcionalidade é princípio absoluto, não podendo ser relativizado por limites mínimos ou máximos.

45

Em um debate televisivo sobre o Congresso Nacional, um comentarista afirmou que os senadores brasileiros são eleitos pelo princípio da proporcionalidade, de modo semelhante aos deputados federais, e que o número de representantes por Estado varia de acordo com a população. Outro comentarista discordou, dizendo que todos os Estados e o Distrito Federal elegem o mesmo número de senadores, escolhidos pelo voto majoritário.

Considerando a Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- (A) O primeiro comentarista está correto, pois os senadores são eleitos proporcionalmente à população de cada Estado.
- (B) O segundo comentarista está correto, pois o Senado Federal é composto por representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário, em número fixo de três por unidade federativa.

(C) Ambos estão corretos, já que a Constituição prevê que o número de senadores pode variar de acordo com lei complementar, respeitada a proporcionalidade.

(D) Nenhum está correto, pois os senadores são escolhidos por indicação das Assembleias Legislativas Estaduais, não pelo voto direto.

(E) O primeiro comentarista está correto, pois a proporcionalidade é princípio que se aplica obrigatoriamente tanto à Câmara quanto ao Senado.

46

O Congresso Nacional aprovou uma lei que alterava regras de arrecadação e distribuição de receitas tributárias entre a União, Estados e Municípios. O Presidente da República, discordando do texto, afirmou que a norma era inconstitucional porque tais matérias só poderiam ser tratadas por medida provisória de iniciativa exclusiva do Poder Executivo.

Considerando a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- (A) O Presidente está correto, pois apenas o Poder Executivo pode legislar sobre sistema tributário e distribuição de rendas, mediante medida provisória.
- (B) O Presidente está incorreto, pois cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União, inclusive sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas.
- (C) O Presidente está correto, já que as matérias tributárias são de competência exclusiva do Senado Federal, e não do Congresso Nacional.
- (D) O Presidente está incorreto, pois cabe ao Supremo Tribunal Federal editar normas gerais sobre sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas, e não ao Congresso.
- (E) O Presidente está correto, pois apenas leis complementares estaduais podem dispor sobre arrecadação e distribuição de rendas.

47

Após decisão do Senado, o Presidente da República foi temporariamente afastado de suas funções em razão de processo de crime de responsabilidade. No mesmo período, o Vice-Presidente encontrava-se em viagem oficial ao exterior. Nessa conjuntura, o Presidente da Câmara dos Deputados recusou-se a assumir interinamente a Presidência da República, alegando conflito de interesses políticos.

Diante dessa situação, à luz da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- (A) O Procurador-Geral da República deve assumir a Presidência até o retorno do Presidente ou do Vice-Presidente.
- (B) O Presidente do Senado Federal deve assumir interinamente a Presidência, pois é o próximo na linha sucessória prevista no art. 80 da CF/1988.
- (C) O Supremo Tribunal Federal deve decidir em votação plenária quem exercerá provisoriamente a Presidência da República.
- (D) O Presidente do STF deve assumir imediatamente, pois o Judiciário tem precedência em hipóteses de recusa dos chefes do Legislativo.
- (E) O Congresso Nacional deve se reunir em sessão conjunta para eleger um novo Presidente interino até a normalização da situação.

48

O Presidente da República decidiu substituir parte de sua equipe ministerial, exonerando alguns Ministros de Estado e nomeando novos titulares para as pastas. Um partido político ingressou com ação no Supremo Tribunal Federal alegando que os atos seriam inválidos, pois dependeriam de autorização prévia do Congresso Nacional para se tornarem eficazes.

À luz da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- (A) O partido político está correto, pois a exoneração de Ministros de Estado exige aprovação do Senado Federal.
- (B) O partido político está correto, pois tanto a nomeação quanto a exoneração de Ministros dependem de autorização prévia do Congresso Nacional.
- (C) O partido político está incorreto, pois a Constituição prevê como competência privativa do Presidente da República nomear e exonerar Ministros de Estado, sem necessidade de autorização do Legislativo.
- (D) O partido político está incorreto, mas apenas em relação à exoneração, já que a nomeação de Ministros depende de aprovação da Câmara dos Deputados.
- (E) O partido político está correto parcialmente, pois somente a nomeação exige autorização legislativa, enquanto a exoneração é livre.

49

Após um conflito armado de curta duração entre o Brasil e um país vizinho, o Presidente da República conduziu negociações diplomáticas e assinou, em caráter definitivo, um tratado de paz, sem qualquer participação do Congresso Nacional. Uma associação de juristas questionou o ato, alegando violação da Constituição.

À luz do art. 84, XX, da CF/1988, assinale a alternativa correta:

- (A) O ato é constitucional, pois compete privativamente ao Presidente da República celebrar a paz, sem necessidade de manifestação do Congresso Nacional.
- (B) O ato é constitucional, já que a competência para conduzir relações internacionais é exclusiva do Chefe do Executivo, que pode concluir tratados sem referendo legislativo.
- (C) O ato é inconstitucional, pois a celebração da paz pelo Presidente da República depende de autorização ou do referendo do Congresso Nacional.
- (D) O ato é inconstitucional apenas porque o tratado não foi assinado também pelo Ministro das Relações Exteriores.
- (E) O ato é constitucional, pois o Congresso Nacional só deve se manifestar em hipóteses de guerra declarada, não em tratados de paz.

50

Durante uma audiência pública sobre a reforma do Judiciário, um deputado estadual afirmou que os únicos órgãos constitucionais do Poder Judiciário são o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça e os Tribunais Regionais Federais. Sustentou ainda que órgãos como o Conselho Nacional de Justiça e o Tribunal Superior do Trabalho não fazem parte da estrutura do Judiciário, pois possuem natureza apenas administrativa.

Considerando a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- (A) O deputado está correto, pois o Poder Judiciário é composto apenas pelos tribunais superiores de cúpula e pelos tribunais regionais federais.
- (B) O deputado está correto, pois o Conselho Nacional de Justiça e o Tribunal Superior do Trabalho não integram a estrutura do Poder Judiciário, sendo apenas órgãos auxiliares.
- (C) O deputado está incorreto, pois tanto o Conselho Nacional de Justiça quanto o Tribunal Superior do Trabalho são órgãos constitucionais do Poder Judiciário, expressamente previstos no art. 92 da CF/1988.
- (D) O deputado está incorreto, pois todos os tribunais trabalhistas (regionais e superiores) integram a estrutura do Executivo, e não do Judiciário.
- (E) O deputado está correto em parte, pois apenas o Conselho Nacional de Justiça integra o Judiciário, enquanto o Tribunal Superior do Trabalho é vinculado ao Legislativo.

Noções de Informática**Leonardo Vasconcelos****51**

Considerando a figura a seguir, que ilustra parte de uma planilha em edição no Microsoft Excel 365, contendo o status e a duração em minutos de ocorrências registradas, assinale a opção que apresenta o resultado que será obtido ao se inserir, em uma célula vazia, a fórmula =MÉDIASE(B2:B6;"Concluída";C2:C6).

	A	B	C
1	Ocorrência	Status	Duração (min)
2	O-101	Concluída	30
3	O-102	Em Andamento	60
4	O-103	Concluída	40
5	O-104	Pendente	10
6	O-105	Concluída	20

- (A) 60
- (B) 32
- (C) 30
- (D) 90
- (E) 10

52

Um tipo de *software* malicioso (*malware*) que se caracteriza por ser autônomo e por sua capacidade de se replicar e se espalhar por meio de redes, explorando vulnerabilidades de segurança para infectar outros computadores sem a necessidade de intervenção do usuário ou de um arquivo hospedeiro, é corretamente classificado como

- (A) ransomware.
- (B) vírus.
- (C) botnet.
- (D) worm.
- (E) cavalo de Troia.

53

O modo de navegação anônima (ou privativa) dos navegadores modernos, como o Google Chrome, oferece uma camada de privacidade local ao não salvar certas informações no dispositivo do usuário. A respeito dos limites dessa funcionalidade, assinale a opção correta.

- (A) A atividade de navegação do usuário, mesmo no modo anônimo, ainda pode ser visível para o seu provedor de Internet e para o administrador da rede que ele utiliza.
- (B) Esse modo impede que os websites visitados identifiquem o endereço IP do computador do usuário.
- (C) Uma vez ativado, o modo de navegação anônima protege o computador contra a infecção por todos os tipos de *malware*, como vírus e *spyware*.
- (D) Os arquivos baixados (*downloads*) durante uma sessão de navegação anônima são automaticamente excluídos do computador assim que a janela anônima é fechada.

- (E) Ao fazer *login* em um site, como uma rede social, o modo anônimo impede que esse site saiba quem é o usuário, garantindo o anonimato da identidade.

54

No modelo TCP/IP, determinados intervalos de endereços IPv4 são reservados para uso em redes privadas, como intranets, não sendo roteáveis na Internet pública. Assinale a opção que apresenta um endereço IPv4 pertencente a uma dessas faixas de endereçamento privado.

- (A) 8.8.8.8
- (B) 10.0.0.1
- (C) 200.150.10.5
- (D) 127.0.0.1
- (E) 1.1.1.1

55

A computação em nuvem oferece diversos serviços, entre eles o de armazenamento de arquivos, que permite aos usuários guardar e acessar seus dados remotamente pela Internet. Assinale a opção que apresenta um aplicativo cuja função principal é o armazenamento de arquivos em nuvem.

- (A) Google Chrome.
- (B) Mozilla Thunderbird.
- (C) OneDrive.
- (D) Spotify.
- (E) NordVPN.

56

O sistema operacional Windows 11 oferece ferramentas nativas para a realização de cópias de segurança (*backup*), um procedimento essencial de segurança da informação. A respeito dessas ferramentas e seus propósitos, assinale a opção correta.

- (A) A principal ferramenta de backup do Windows 11, o "Histórico de Arquivos", destina-se a salvar cópias de segurança exclusivamente no serviço de nuvem OneDrive.
- (B) O Windows 11 removeu todas as ferramentas de backup legadas, como o "Backup e Restauração (Windows 7)", sendo o backup em nuvem a única opção disponível para o usuário.
- (C) A funcionalidade "Restaurar PC" é a ferramenta utilizada para criar cópias de segurança de arquivos individuais, permitindo que o usuário selecione pastas específicas para o backup.
- (D) O aplicativo "Backup do Windows", acessado via "Configurações", integra-se à conta Microsoft do usuário para salvar cópias de segurança de pastas como "Documentos" e "Imagens" no OneDrive.
- (E) A criação de um Ponto de Restauração no Windows 11 é o procedimento padrão para realizar o backup de arquivos pessoais, como fotos e documentos, em um disco rígido externo.

57

Tanto a suíte de aplicativos Microsoft Office 365 quanto a suíte LibreOffice oferecem um conjunto de ferramentas consistentes em seus principais programas (Word/Writer, Excel/Calc e PowerPoint/Impress). Assinale a opção que apresenta uma ferramenta do Microsoft Office

365, geralmente identificada por um ícone , cuja função é copiar a formatação de um texto ou objeto selecionado e aplicá-la a outro.

- (A) Controle de Alterações.
- (B) Formatação Condicional.
- (C) AutoSoma.
- (D) Slide Mestre.
- (E) Pincel de Formatação.

58

A respeito dos recursos disponíveis em *softwares* de edição de apresentações, como o Microsoft PowerPoint e o LibreOffice Impress, assinale a opção que apresenta uma ferramenta nativa e fundamental para a criação e formatação de *slides* nesses aplicativos.

- (A) Mala Direta
- (B) Formatação Condicional
- (C) AutoSoma
- (D) Slide Mestre
- (E) Tabela Dinâmica

59

No Windows 11, um Agente de Polícia Legislativa precisa **mover**, e não apenas copiar, um relatório da sua Área de Trabalho para um *pen drive*. Assinale a opção que descreve um procedimento correto para realizar essa tarefa por meio do Explorador de Arquivos.

- (A) Clicar sobre o arquivo com o botão esquerdo do mouse e, sem soltar o botão, arrastá-lo para a unidade do *pen drive*.
- (B) Selecionar o arquivo, pressionar as teclas Ctrl + X e, em seguida, navegar até o *pen drive* e pressionar Ctrl + V.
- (C) Selecionar o arquivo, pressionar a tecla Ctrl e, enquanto a mantém pressionada, arrastar o arquivo para o *pen drive*.
- (D) Clicar com o botão direito do mouse no arquivo, selecionar a opção "Enviar para" e, em seguida, escolher a unidade do *pen drive*.
- (E) Selecionar o arquivo, pressionar a tecla Alt e, enquanto a mantém pressionada, arrastar o arquivo para o *pen drive*.

60

Com relação aos conceitos e modelos de computação em nuvem, assinale a opção correta.

- (A) No modelo de Software como Serviço (SaaS), o cliente é responsável por gerenciar o sistema operacional e os servidores virtuais, instalando as aplicações que desejar.
- (B) Uma nuvem privada é caracterizada por ter sua infraestrutura compartilhada por múltiplas organizações com interesses comuns, sendo sempre gerenciada por uma entidade externa.
- (C) O modelo de Plataforma como Serviço (PaaS) oferece ao contratante o acesso a softwares aplicativos completos, como e-mails e editores de texto, acessíveis diretamente por um navegador web.
- (D) Uma nuvem híbrida combina a infraestrutura de uma nuvem pública com a de uma nuvem privada, permitindo que uma organização utilize os recursos de ambas de forma integrada, movendo dados e aplicações entre elas.
- (E) Infraestrutura como Serviço (IaaS) é o modelo no qual o provedor de nuvem gerencia toda a pilha de tecnologia, incluindo as aplicações e os dados do cliente, restando a este apenas utilizar o serviço.

Raciocínio Lógico

Diego Ribeiro

61

Durante uma apuração no plenário, afirmou-se:

"Se houver tumulto durante a sessão, então a segurança será acionada imediatamente e os envolvidos serão conduzidos".

Assinale a alternativa que expressa corretamente uma proposição logicamente equivalente a essa afirmação.

- (A) Não haverá tumulto ou a segurança será acionada imediatamente e os envolvidos serão conduzidos.
- (B) Se a segurança não foi acionada imediatamente e os envolvidos não foram conduzidos, então não houve tumulto.
- (C) Ou não há tumulto ou a segurança será acionada imediatamente e os envolvidos serão conduzidos.
- (D) Houve tumulto durante a sessão, mas a segurança não foi acionada imediatamente e os envolvidos foram conduzidos.
- (E) Não houve tumulto durante a sessão, mas a segurança não foi acionada imediatamente e os envolvidos não foram conduzidos

62

Em uma sindicância, declarou-se:

“Se o servidor não apresentar o crachá, então ele não poderá acessar a área restrita”.

Qual das alternativas abaixo corresponde corretamente à negação dessa afirmação?

- (A) O servidor não apresenta o crachá e acessa a área restrita.
- (B) O servidor apresenta o crachá e acessa a área restrita.
- (C) O servidor apresenta o crachá e não acessa a área restrita.
- (D) O servidor não apresenta o crachá ou acessa a área restrita.
- (E) O servidor apresenta o crachá ou não acessa a área restrita.

63

Considere o argumento:

P1: Se a ata da sessão for assinada, então a deliberação será válida.

P2: A ata não foi assinada.

C: Logo, a deliberação não é válida.

O raciocínio apresentado é um caso de:

- (A) Modus ponens.
- (B) Modus tollens.
- (C) Falácia da afirmação do consequente.
- (D) Falácia da negação do antecedente.
- (E) Nenhuma das anteriores.

64

No sorteio de uma comissão com 3 membros entre 10 deputados, dos quais 4 são da oposição, a probabilidade de todos os escolhidos serem da oposição é:

- (A) 1/60
- (B) 1/30
- (C) 2/15
- (D) 1/12
- (E) 1/210

65

Em uma vistoria, a chance de encontrar irregularidade documental é 0,4; estrutural, 0,3; e ambas, 0,2.

Qual a probabilidade de haver irregularidade estrutural dado que foi encontrada irregularidade documental?

- (A) 0,2
- (B) 0,3
- (C) 0,4
- (D) 0,5
- (E) 0,6

66

Na segurança do plenário, cada policial legislativo pode ocupar 1 de 6 portas. Se duas portas específicas não podem ser ocupadas ao mesmo tempo, de quantas formas é possível distribuir 2 policiais distintos em duas portas distintas?

- (A) 24
- (B) 34
- (C) 32
- (D) 30
- (E) 28

67

No esquema da Câmara, a planta do plenário é circular, com raio 20m. Uma faixa de 2m ao redor é destinada à segurança. Qual a área dessa faixa?

- (A) 80π
- (B) 40π
- (C) 76π
- (D) 120π
- (E) 160π

68

Em uma comissão parlamentar de 8 deputados, deve-se formar uma subcomissão de 3 membros. Dois deputados específicos (A e B) **não podem estar juntos**.

De quantas formas essa subcomissão pode ser formada?

- (A) 36
- (B) 40
- (C) 44
- (D) 48
- (E) 50

69

Sabendo que a afirmação: “Todos os parlamentares possuem um assessor técnico de confiança” é falsa, podemos concluir que:

- (A) Nenhum parlamentar possui assessor técnico de confiança.
- (B) Existe pelo menos um parlamentar que não possui assessor técnico de confiança.
- (C) Existe pelo menos um parlamentar que possui dois assessores de confiança.
- (D) Todos os parlamentares possuem mais de um assessor de confiança.
- (E) Não é possível determinar.

70

Considerando o raciocínio abaixo:

P1: Se um servidor tem acesso irrestrito ao plenário, então ele possui credencial de nível máximo.

P2: Todo servidor com credencial de nível máximo passou por investigação social.

P3: Alguns servidores que passaram por investigação social não têm acesso irrestrito ao plenário.

P4: João possui credencial de nível máximo.

C: João tem acesso irrestrito ao plenário.

Como podemos classificá-lo?

- (A) O argumento é válido, pois decorre das premissas que João tem acesso irrestrito.
- (B) O argumento é inválido, pois a credencial de nível máximo é necessária, mas não suficiente, para o acesso irrestrito.
- (C) O argumento é válido apenas se todos os investigados tiverem acesso irrestrito ao plenário.
- (D) O argumento é inválido, pois P2 contradiz P3.
- (E) O argumento é indeterminado, pois depende de informações externas às premissas.

Noções de Direitos Humanos

Maria Júlia

71

Durante sessão plenária tumultuada, o Congresso Nacional aprova um tratado internacional de direitos humanos que versa sobre a proibição de discriminação racial, mas o faz sem seguir o rito do art. 5º, § 3º, da Constituição Federal, ou seja, não alcançando o quórum qualificado de três quintos em dois turnos em cada Casa legislativa. Após a promulgação, surge controvérsia judicial acerca de sua hierarquia normativa: enquanto alguns defendem que o tratado teria natureza de lei ordinária, outros sustentam que possuiria status constitucional por tratar de direitos humanos. Diante desse cenário, e à luz da jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que o referido tratado:

- (A) Possui natureza constitucional, pois todos os tratados internacionais de direitos humanos incorporados ao ordenamento brasileiro equiparam-se às emendas constitucionais, independentemente do quórum de aprovação.
- (B) Tem status infraconstitucional e infralegal, pois apenas tratados aprovados pelo Congresso com o quórum qualificado do art. 5º, § 3º, podem ingressar no ordenamento com hierarquia normativa.
- (C) Integra o ordenamento com status supralegal, situando-se acima das leis ordinárias e complementares, mas abaixo da Constituição Federal, conforme entendimento firmado no RE 466.343/SP.

(D) É considerado mera norma infralegal, dependendo de regulamentação do Poder Executivo para produzir efeitos jurídicos internos, uma vez que não foi aprovado com quórum qualificado.

(E) Possui idêntico status das leis ordinárias, pois, ausente a aprovação qualificada, sua hierarquia coincide com a dos demais tratados internacionais comuns, não se aplicando distinção quanto à matéria de direitos humanos.

72

Durante uma grave crise institucional em determinado Estado da Federação, denúncias de violações sistemáticas de direitos humanos chegam ao conhecimento do Ministério Público e de diversas organizações da sociedade civil. Diante da alegada inércia das autoridades locais em investigar e processar os responsáveis, surge a proposta de provocar o deslocamento da competência da Justiça Estadual para a Justiça Federal, a fim de garantir a efetividade da tutela dos direitos humanos e o cumprimento de tratados internacionais ratificados pelo Brasil.

- (A) O IDC pode ser suscitado por qualquer membro do Ministério Público ou por entidades da sociedade civil, desde que demonstrem a existência de grave violação a direitos humanos e a omissão das autoridades locais, sendo de competência originária do Supremo Tribunal Federal.
- (B) O IDC pode ser instaurado pelo Procurador-Geral da República, mediante provocação ou de ofício, e julgado pelo Superior Tribunal de Justiça, desde que demonstrada a incapacidade das instâncias estaduais em assegurar a responsabilização dos envolvidos nas violações de direitos humanos.
- (C) O IDC é instrumento de controle concentrado de constitucionalidade, cabendo exclusivamente ao Supremo Tribunal Federal processá-lo e julgá-lo, mediante requerimento do Presidente da República ou do Congresso Nacional, quando houver ofensa a direitos humanos previstos em tratados internacionais.
- (D) O IDC é uma forma de intervenção federal, instaurada pelo Ministro da Justiça e julgada pelo STJ, para assegurar o cumprimento de tratados internacionais de direitos humanos quando houver resistência de autoridades estaduais.
- (E) O IDC é um mecanismo de cooperação federativa que depende de autorização do Congresso Nacional, podendo ser suscitado por qualquer cidadão e julgado pelo STJ, desde que a violação de direitos humanos tenha repercussão internacional.

73

Durante uma viagem ao Brasil, um empresário estrangeiro sem domicílio no país teve sua conta bancária bloqueada por decisão judicial proferida sem prévia oitiva ou oportunidade de contraditório. Sentindo-se lesado, impetra mandado de segurança perante o Poder Judiciário brasileiro, alegando violação ao direito de propriedade e ao devido processo legal. O juízo de primeiro grau indefere liminarmente o pedido, sob o argumento de que os direitos e garantias fundamentais previstos no art. 5º da Constituição Federal somente se aplicam a brasileiros e estrangeiros residentes no território nacional. Considerando a Constituição da República e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:

- (A) O indeferimento é correto, pois a Constituição assegura os direitos fundamentais apenas aos brasileiros e estrangeiros com residência legal no Brasil, de modo que o estrangeiro em trânsito não possui legitimidade para impetrar mandado de segurança.
- (B) A decisão judicial deve ser mantida, pois o mandado de segurança é ação constitucional de caráter político, destinada à proteção de cidadãos brasileiros, não podendo ser utilizada por estrangeiros não domiciliados, em respeito à soberania nacional.
- (C) O indeferimento é indevido, pois, embora o art. 5º, caput, mencione apenas brasileiros e estrangeiros residentes, o princípio da prevalência dos direitos humanos e o fundamento da dignidade da pessoa humana asseguram proteção também a estrangeiros não residentes, conforme entendimento consolidado pelo STF.
- (D) A decisão é parcialmente correta, pois os estrangeiros não residentes possuem proteção apenas quanto a direitos sociais e coletivos, não abrangendo garantias processuais de natureza individual, como o mandado de segurança.
- (E) A denegação do writ é constitucional, uma vez que o direito de propriedade e o devido processo legal, por expressa previsão do art. 5º, caput, da CF/1988, são direitos exclusivos dos nacionais e residentes, não se aplicando a estrangeiros temporários.

74

Após sofrer atos de tortura praticados por agentes estatais brasileiros, uma cidadã estrangeira decide denunciar o caso perante as autoridades locais. Diante da inércia das instituições nacionais e do arquivamento das investigações, a vítima esgota todas as instâncias judiciais internas disponíveis. Inconformada, apresenta comunicação individual ao Comitê contra a Tortura (CAT) das Nações Unidas, sustentando que o Brasil violou obrigações internacionais de prevenção e repressão à tortura. Considerando o sistema internacional de proteção dos direitos humanos e a posição do Brasil nesse regime jurídico, assinale a alternativa correta:

- (A) O pedido é inadmissível, pois o Comitê contra a Tortura (CAT) atua apenas em casos submetidos por Estados, e não por indivíduos, sendo inviável o reconhecimento da competência para comunicações individuais, sob pena de violação da soberania nacional.
- (B) O pedido é inadmissível, porque o Brasil, embora tenha ratificado a Convenção contra a Tortura, não reconheceu a competência do CAT para examinar comunicações individuais, conforme exige o art. 22 da Convenção.
- (C) A denúncia é admissível apenas se houver manifestação conjunta dos Estados-membros da ONU, uma vez que o CAT possui caráter político, e não jurisdicional, sendo vedada a apreciação de denúncias individuais contra Estados signatários.
- (D) O pedido é admissível, pois o Brasil reconheceu formalmente, por meio do Decreto-Lei n. 6.085/2007, a competência do Comitê contra a Tortura (CAT) para receber e analisar comunicações individuais, desde que estejam esgotadas as vias internas de recurso.
- (E) O pedido é inadmissível, pois, ainda que o Brasil tenha ratificado a Convenção e reconhecido a competência do CAT, a Constituição Federal veda a submissão de nacionais ou estrangeiros a tribunais internacionais sem autorização expressa do Congresso Nacional.

75

O jornalista João, colunista de um importante jornal de circulação nacional, publicou uma série de reportagens com críticas contundentes à gestão de governantes locais, expondo falhas administrativas e indícios de má gestão de recursos públicos. Diante da repercussão política, João foi condenado criminalmente sob o argumento de que suas críticas ofenderam a honra e a autoridade das figuras públicas mencionadas.

Inconformado, o jornalista recorre alegando violação à liberdade de opinião e de expressão assegurada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e pelo Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP). À luz do Direito Internacional dos Direitos Humanos e da jurisprudência dos sistemas globais e regionais de proteção, assinale a alternativa correta:

- (A) A decisão é compatível com a DUDH, pois a liberdade de expressão não é um direito absoluto e pode ser restringida sempre que houver ofensa a autoridades públicas, uma vez que o respeito à hierarquia e à honra do Estado prevalece sobre o direito individual de manifestação.
- (B) A condenação é compatível com a DUDH, porque a proteção à reputação e à imagem das autoridades constitui exceção legítima e automática à liberdade de expressão, não sendo necessário demonstrar proporcionalidade ou interesse público no conteúdo divulgado.
- (C) A decisão é incompatível com a DUDH, pois o art. 19 da Declaração assegura o direito de manifestar opiniões, receber e difundir informações e ideias por qualquer meio, sendo inadmissível a criminalização de críticas políticas, especialmente quando relacionadas à fiscalização de autoridades públicas.
- (D) A condenação é compatível com a DUDH, já que o art. 29 do mesmo documento permite restrições amplas à liberdade de expressão sempre que houver alegação de perturbação da ordem pública, independentemente de análise de proporcionalidade ou necessidade.
- (E) A decisão é parcialmente correta, pois a DUDH garante a liberdade de expressão, mas admite sanções penais sempre que houver manifestação considerada ofensiva à moral pública, ainda que voltada à crítica de agentes políticos.

76

Em ação judicial movida por ex-funcionário contra uma grande empresa de tecnologia, o autor alega que foi demitido por manifestar sua opinião política em rede social. A defesa sustenta que os direitos fundamentais previstos na Constituição e nos tratados de direitos humanos vinculam apenas o Estado, e não relações privadas, razão pela qual não haveria violação a direitos humanos ou fundamentais na hipótese.

Considerando a teoria da eficácia dos direitos fundamentais e a interpretação constitucional contemporânea, assinale a alternativa correta:

- (A) Os direitos humanos têm eficácia exclusivamente vertical, aplicando-se apenas nas relações entre o Estado e o indivíduo, sendo inaplicáveis às relações privadas, pois estas se regem exclusivamente pela autonomia da vontade.
- (B) A eficácia dos direitos humanos é mista, reconhecendo-se que, embora inicialmente direcionados ao Estado, podem irradiar efeitos indiretos nas relações privadas, por meio da interpretação conforme os princípios constitucionais.
- (C) A eficácia dos direitos humanos é horizontal direta, aplicando-se integralmente às relações privadas, de modo que qualquer violação entre particulares gera responsabilidade objetiva, independentemente de intermediação estatal.
- (D) A eficácia dos direitos humanos é limitada à esfera pública, não alcançando empregadores privados, sob pena de violação ao princípio da livre iniciativa e à separação entre o público e o privado.
- (E) A eficácia dos direitos humanos é exclusivamente vertical, mas admite exceções pontuais em matérias trabalhistas, sem gerar vinculação genérica entre particulares.

77

Em 1948, no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial e da fundação da Organização das Nações Unidas, foi adotada a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), marco simbólico e normativo do Direito Internacional dos Direitos Humanos. Diversas nações, inclusive o Brasil, invocam seus princípios como fonte de legitimidade e orientação interpretativa para a proteção da dignidade humana.

No entanto, em debate acadêmico, surge a seguinte controvérsia: seria a DUDH um tratado internacional de caráter vinculante, capaz de gerar obrigações jurídicas imediatas aos Estados signatários, sob pena de responsabilização internacional.

Com base na natureza jurídica da DUDH e na evolução do sistema internacional de proteção dos direitos humanos, assinale a alternativa correta:

- (A) A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 é um tratado internacional vinculante, de aplicação obrigatória, e sua violação implica responsabilidade internacional automática dos Estados-membros das Nações Unidas.
- (B) A DUDH tem natureza de resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, não possuindo força obrigatória jurídica, mas caráter político e moral, sendo classificada como instrumento de soft law, ainda que muitos de seus princípios tenham se consolidado como normas costumeiras de direito internacional.
- (C) A DUDH é um tratado-quadro, que estabelece obrigações gerais e imediatas para os Estados signatários, cabendo a tratados complementares definir os mecanismos de responsabilização e execução coercitiva.
- (D) A DUDH, embora editada como resolução, possui eficácia vinculante automática em razão do princípio da dignidade da pessoa humana, considerado jus cogens, o que transforma seus dispositivos em normas imperativas do direito internacional contemporâneo.
- (E) A DUDH é um ato unilateral da ONU, aplicável apenas aos Estados que voluntariamente internalizaram suas normas por decreto legislativo, sem qualquer repercussão no âmbito do direito internacional.

78

Maria, cidadã de um país signatário da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH), foi presa por inadimplência em contrato de empréstimo bancário, mesmo sem qualquer ordem judicial anterior. O Estado justificou a prisão com base em sua legislação civil, que previa prisão por dívidas de natureza contratual. Diante disso, assinale a alternativa correta:

- (A) A prisão é compatível com a CADH, pois os Estados têm autonomia legislativa para determinar hipóteses de restrição à liberdade, incluindo inadimplementos contratuais.
- (B) A prisão é incompatível com a CADH, que proíbe a prisão civil por dívidas, salvo no caso de inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentar, conforme dispõe o art. 7.7 do Pacto de São José da Costa Rica.
- (C) A prisão é compatível com a CADH, pois o direito à liberdade pode ser restringido para garantir o cumprimento de obrigações civis legítimas, inclusive contratos bancários.
- (D) A prisão é parcialmente compatível, já que a CADH admite prisão civil em casos de dívidas contratuais desde que não atinjam a subsistência da pessoa.
- (E) A prisão é admissível, pois o art. 7.7 da CADH deve ser interpretado restritivamente, aplicando-se apenas aos casos em que a dívida seja privada e não de natureza pública.

79

A organização não governamental “Direitos Sem Fronteiras”, sediada em Genebra, apresenta petição individual à Corte Internacional de Justiça (CIJ), denunciando graves violações de direitos humanos cometidas por um Estado-membro da ONU contra grupos minoritários. A petição é recebida pelo Secretário-Geral da ONU, que encaminha o caso à Corte. Diante da situação descrita, assinale a alternativa correta:

- (A) O pedido deve ser conhecido, pois a CIJ admite petições individuais e coletivas de vítimas e organizações da sociedade civil, desde que o Estado acusado tenha ratificado a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas.
- (B) O pedido é admissível, uma vez que a CIJ, como principal órgão judicial da ONU, possui competência universal para julgar violações de direitos humanos, independentemente da natureza do peticionário.
- (C) A petição é inadmissível, pois a CIJ não aprecia comunicações individuais; sua competência restringe-se a controvérsias entre Estados e a pareceres consultivos solicitados por órgãos da ONU ou agências especializadas.
- (D) O pedido é admissível, desde que a denúncia seja acompanhada de relatório do Conselho de Direitos Humanos e demonstre esgotamento das instâncias internas.
- (E) O pedido será admitido apenas se houver manifestação favorável do Secretário-Geral da ONU e autorização expressa da Assembleia Geral.

80

Durante uma audiência pública sobre políticas sociais, um parlamentar afirma que os direitos civis e políticos devem receber prioridade sobre os direitos sociais, econômicos e culturais, pois apenas os primeiros seriam “verdadeiros direitos humanos”, enquanto os demais dependeriam de políticas públicas e disponibilidade orçamentária.

Considerando a teoria geral dos direitos humanos e os princípios consagrados em documentos internacionais, assinale a alternativa correta:

- (A) A distinção é válida, pois os direitos civis e políticos têm natureza negativa e imediata, enquanto os direitos sociais e econômicos dependem de reserva do possível, razão pela qual não se pode afirmar sua equivalência.
- (B) A afirmação é incorreta, porque a indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos significam que todos formam um conjunto único, sem hierarquia, sendo igualmente essenciais à dignidade da pessoa humana.

(C) A distinção procede parcialmente, pois, embora todos os direitos humanos sejam importantes, apenas os direitos civis e políticos são reconhecidos como universais e justificáveis no plano internacional.

(D) A superioridade dos direitos civis e políticos decorre do fato de que somente eles constam da Declaração Universal de 1948, cabendo aos demais tratados posteriores disciplinar direitos sociais de forma complementar.

(E) A hierarquia entre as categorias de direitos humanos é admitida pela ONU, que estabelece prioridade para os direitos individuais sobre os coletivos, em razão de sua aplicabilidade direta.

81

Durante julgamento no tribunal constitucional de determinado país latino-americano, discute-se a constitucionalidade de uma lei nacional que prevê a pena de morte para crimes de terrorismo. O Estado é signatário da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH). À luz da CADH e da jurisprudência interamericana, assinale a alternativa correta:

- (A) A lei é compatível com a CADH, pois cada Estado parte mantém soberania para definir quais crimes podem ensejar pena capital, desde que respeitados os tratados universais de direitos humanos.
- (B) A norma é compatível com a CADH, pois o Pacto de São José da Costa Rica proíbe apenas a ampliação da pena de morte para novos delitos, mas permite que cada país a mantenha livremente em seu ordenamento.
- (C) A lei é incompatível com a CADH, que protege o direito à vida desde a concepção (art. 4.1) e admite a pena de morte apenas nos países que ainda não a tenham abolido, em caráter excepcional e restrito aos crimes mais graves, vedada a ampliação do rol de delitos.
- (D) A lei é compatível com a CADH, pois o art. 4.1 reconhece o direito à vida apenas após o nascimento, não sendo violado pela aplicação da pena de morte a condenados.
- (E) A lei é constitucional e compatível com a CADH, pois o tratado não tem força jurídica obrigatória, possuindo natureza meramente declaratória.

Noções de Direito Penal

Renato Pulz

82

Segundo o doutrinador Cleber Masson, o Direito Penal não é meramente uma disciplina acadêmica, mas é importante instrumento para a convivência dos homens e sociedade, tendo várias funções. O autor ressalta que determinada função deve ser afastada, pois atua na mente dos governantes e dos cidadãos, dando uma falsa sensação de segurança, cumprindo funções dos programas de governo, mas com eficácia duvidosa em relação ao controle e paz social. Marque, dentre alternativas abaixo, qual é a função do direito penal que o autor faz referência.

- (A) Garantista.
- (B) Motivadora.
- (C) Simbólica.
- (D) Promocional.
- (E) Ético-social.

83

Sobre os princípios aplicados ao Direito Penal, marque a alternativa correta.

- (A) Em tempos como os da atualidade, com o avanço da criminalidade, o direito penal deve ser aplicado como o primeiro grau de proteção jurídica, ou seja, a *prima ratio*.
- (B) Uma finalidade do Princípio da intervenção mínima é ser um reforço ao princípio da reserva legal.
- (C) Conforme o princípio da alternatividade a intervenção penal fica condicionada ao fracasso dos demais ramos do direito, funcionando como um soldado de reserva.
- (D) O princípio da insignificância não tem relação alguma com os princípios da fragmentariedade e da intervenção mínima.
- (E) Segundo o princípio da alteridade a autolesão deve ser punida.

84

Considerando as noções introdutórias sobre a lei penal, marque a alternativa correta.

- (A) O direito penal é composto exclusivamente por leis penais incriminadoras.
- (B) Lei penal em branco chamada assim porque o dispositivo é genérico e indeterminado.
- (C) São características da lei penal, entre outras, a exclusividade, a imperatividade e a pessoalidade.
- (D) A generalidade também é uma característica da lei penal.
- (E) Lei penal inversa ou ao avesso é aquela em que o complemento tem natureza jurídica diversa e emana de órgão distinto daquele que elaborou a norma incriminadora.

85

Sobre a aplicação da lei penal, marque a alternativa correta.

- (A) A lei penal deve obediência ao princípio da irretroatividade sem exceções.
- (B) Em relação a lei penal no tempo o Código Penal adotou a teoria do resultado.
- (C) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, exceto quando for outro o momento do resultado.
- (D) O instituto da *abolitio criminis* beneficia o réu abolindo tanto os efeitos penais quanto os civis e administrativos.
- (E) Um réu condenado será beneficiado por uma nova lei mais benéfica, mesmo se a condenação já tiver trânsito em julgado.

86

A doutrina costuma denominar os diferentes tipos de infrações penais com nomes por vezes até estranhos. Acerca do assunto, marque a alternativa correta.

- (A) O crime impossível também é chamado de quase-crime.
- (B) Quando o agente pratica todos os atos da execução, mas não consegue consumar o crime por condições alheia a sua vontade, a doutrina também chama de quase-crime.
- (C) Na classificação quanto ao resultado naturalístico, o chamado crime formal é sinônimo de crime de mera conduta.
- (D) O crime de consumação antecipada pé aquele há apenas a descrição da conduta no tipo penal, sem mencionar qualquer resultado naturalístico, dispensável para sua consumação.
- (E) Crime de mão própria é aquele que exige que o agente tenha certas características, como por exemplo os crimes funcionais.

87

Há séculos juristas debatem o conceito de crime, seus elementos, sujeitos e objetos, desenvolvendo diferentes correntes de pensamento e teorias. Sobre a teoria geral do crime, assinale a alternativa correta.

- (A) Tanto no crime quanto na contravenção penal a tentativa é punida.
- (B) Um crime somente poderá ser cometido por um ser humano.
- (C) Conforme a teoria tripartite os elementos do crime são fato típico, ilicitude e antijuridicidade.
- (D) O fato típico é formado pela tipicidade, a conduta e o resultado.
- (E) O bombeiro que não socorre a vítima mesmo podendo fazê-lo comete um crime comissivo por omissão.

88

O agente, com intuito de matar um político eminente, resolve colocar uma bomba no carro da vítima, mesmo sabendo que, ao explodi-la, serão mortos o motorista e o segurança. Sobre o exemplo, marque a alternativa correspondente ao elemento subjetivo da conduta em relação ao motorista e ao segurança.

- (A) Culpa consciente.
- (B) Dolo eventual.
- (C) Dolo direto.
- (D) Dolo de segundo grau.
- (E) Dolo geral.

89

Roberval, perito criminal, compareceu ao local de determinada infração penal cometida no Município da cidade X. Durante a realização dos trabalhos técnicos, Josefina, particular, ofereceu R\$ 10 mil para que o agente público descartasse todos os vestígios que pudessem incriminar uma pessoa próxima. Roberval, pensou por uns minutos, mas recusou a proposta, prendendo Josefina em flagrante.

Considerando as disposições do Código Penal sobre o crime praticado, Josefina responderá por qual crime.

- (A) Corrupção passiva tentada.
- (B) Corrupção passiva consumada.
- (C) Tráfico de influência.
- (D) Corrupção ativa consumada.
- (E) Corrupção ativa tentada.

90

Sobre o crime de Invasão de dispositivo informático está **correto** afirmar que.

- (A) Para que se configure é necessário que o dispositivo esteja conectado à rede.
- (B) Se da invasão resultar prejuízo econômico, a pena será majorada.
- (C) A conduta se torna típica quando realizada sem autorização expressa ou tácita do proprietário do dispositivo.
- (D) Se o crime for cometido contra Presidente da República, governadores e prefeitos será caracterizada a forma qualificada.
- (E) A ação penal nos crimes definidos no art. 154-A, somente se procede mediante ação penal pública incondicionada.

91

Em razão do fim de um longo relacionamento, Pedro vem perseguindo, reiterada e presencialmente, sua ex-namorada, o que acaba por restringir a capacidade de locomoção dela, além de perturbar sua esfera de liberdade e privacidade. A jovem procura uma delegacia para relatar os fatos. Considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Pedro responderá pelo crime de:

- (A) Ameaça.
- (B) Intimidação sistemática qualificada.
- (C) Intimidação sistemática majorada.
- (D) Constrangimento ilegal.
- (E) Perseguição majorada.

92

Sobre Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069, de 1990), marque a alternativa **incorreta**.

- (A) Nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.
- (B) A internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de sessenta dias.
- (C) A prestação de serviços à comunidade é uma das medidas socioeducativas.
- (D) A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.
- (E) Em nenhuma hipótese, o período máximo de internação excederá a três anos.

93

Em uma reunião de vizinhos de rua, os ânimos se exaltam e durante a discussão, João grita com Tiago, que é negro, chamando-o de “negão, vagabundo”. Do outro lado da reunião, por sua vez, Maria faz piadas sobre a sexualidade de Joana, que é gay, na frente de todos a deixando constrangida. Considerando o caso em tela, as disposições da Lei n. 7.716/1989 (Lei contra o Preconceito) se pode afirmar que é correto.

- (A) João cometeu o crime de injúria qualificada do código penal.
- (B) João cometeu o crime de racismo do art. 20 da Lei n. 7.716/1989.
- (C) O crime que João cometeu exige representação para iniciar a ação penal.
- (D) Ofensas baseadas em preconceito de gênero nada tem a ver com a lei de racismo.
- (E) Maria cometeu crime, mesmo que falasse em tom jocoso.

Noções de Direito Processual Penal

Renato Pulz

94

Roberto foi condenado por lesão corporal qualificada por ter agredido sua ex-companheira, ou seja, por ser contra a mulher, por razões da condição do sexo feminino em um contexto de violência doméstica ou familiar. O juiz, ao fazer a dosimetria da pena, considerou, como agravante, a prática ser com violência contra a mulher na forma da lei específica. No exemplo hipotético, o princípio aplicado ao processo penal que foi violado foi:

- (A) Favor rei.
- (B) Presunção de inocência.
- (C) Proporcionalidade.
- (D) Vedação ao *ne bis in idem*.
- (E) Da necessidade.

95

Sobre os sistemas processuais penais, marque a característica que corresponde ao sistema acusatório.

- (A) Sigiloso.
- (B) A mesma pessoa ou agente do Estado acumula todas as funções essenciais do processo.
- (C) As partes fazem a gestão das provas.
- (D) Inexistência de contraditório e ampla-defesa.
- (E) O réu não é sujeito de direitos.

96

Acerca das disposições preliminares do Código de Processo Penal, pode afirmar corretamente que.

- (A) O processo penal reger-se-á, em todo o território brasileiro, sem exceções.
- (B) A lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica.
- (C) A competência do juiz das garantias abrange todas as infrações penais, inclusive as de menor potencial ofensivo.
- (D) A lei processual penal aplicar-se-á desde logo, mas com prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.
- (E) A lei processual penal não admitirá como o suplemento dos princípios gerais de direito, por falta de previsão legal.

97

Sobre o conceito e características do inquérito policial, marque a alternativa correta.

- (A) Tem natureza jurídica de procedimento administrativo.
- (B) Via de regra, eventuais vícios existentes no Inquérito contaminam a ação penal a que deu origem.
- (C) É falso afirmar que tem função simbólica.
- (D) É público em respeito ao sistema acusatório.
- (E) O membro do Ministério Público também pode presidir.

98

Uma notícia crime chegou ao conhecimento da autoridade policial. Sobre o início do inquérito policial, marque a alternativa correta conforme as disposições da lei.

- (A) Não poderá ser iniciado por requerimento do ofendido nos crimes de ação penal pública.
- (B) Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, somente por escrito, comunicá-la à autoridade policial.
- (C) O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado.
- (D) A denúncia anônima permite a instauração do inquérito policial baseado unicamente em denúncia anônima.
- (E) Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito caberá recurso para o secretário de segurança.

99

Sobre a realização do inquérito policial, é incorreto afirmar.

- (A) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais.
- (B) A autoridade policial deverá proceder a reconhecimento de pessoas e coisas e a acareações.
- (C) Em todos os casos deverá se proceder a exame de corpo de delito.
- (D) O inquérito deverá terminar no prazo de dez dias, podendo ser prorrogado, se o indiciado tiver sido preso em flagrante.
- (E) A autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que esta não contrarie a moralidade ou a ordem pública.

100

Um senhor de 62 anos foi a uma delegacia de polícia noticiar que havia sido roubado há poucas horas, quando levou vários socos dos assaltantes. Além disso, relatou que os comerciantes locais assistiram ao fato. Considerando o caso hipotético e as disposições da lei, marque a alternativa correta.

- (A) Caso haja a confissão do acusado, o exame de corpo de delito poderá ser dispensado, pois será suprido pela confissão.
- (B) Nesse caso, sendo evidente as lesões poderá ser dispensado o exame de corpo de delito.
- (C) O exame de corpo de delito é sempre direto, não se aceitando exame indireto.
- (D) Haverá prioridade à realização do exame de corpo de delito nesse exemplo.
- (E) Não existe previsão de prioridade no exame de corpo de delito.

101

Sobre a cadeia de custódia, marque a alternativa correta.

- (A) Serve exclusivamente para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes.
- (B) O início da cadeia de custódia dá-se com a preservação do local de crime ou com procedimentos policiais ou periciais nos quais seja detectada a existência de vestígio.
- (C) Qualquer pessoa que reconhecer um elemento como de potencial interesse para a produção da prova pericial ficará responsável por sua preservação.

(D) Isolamento é o ato de distinguir um elemento como de potencial interesse para a produção da prova pericial.

(E) Acondicionamento é o ato de recolher o vestígio que será submetido à análise pericial, respeitando suas características e natureza.

102

Um dos temas tormentosos no processo penal é o debate sobre o uso das provas e sua licitude. Sobre o tema, marque a questão correta.

- (A) São inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.
- (B) É vedado ao juiz ordenar, antes de iniciada a ação penal, a produção antecipada de provas consideradas urgentes e relevantes.
- (C) O juiz não pode de ofício determinar, no curso da instrução, ou antes de proferir sentença, a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante.
- (D) No caso dos crimes hediondos, são admissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.
- (E) O juiz atribuirá valor a prova produzida em contraditório judicial através de sua íntima convicção, podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação.

103

Romualdo, ao subtrair o celular de um jovem com emprego de arma de fogo, foi surpreendido com os gritos da vítima, o que acabou chamando a atenção de uma patrulha policial que passava por perto. A perseguição ininterrupta durou várias horas e quilômetros; em alguns momentos, a polícia até perdeu Romualdo de vista. Mas, após algumas informações e imagens de drones, o suspeito foi preso. Sobre a prisão em flagrante, marque a alternativa correta.

- (A) Um particular não poderia fazer a prisão de Romualdo.
- (B) É um exemplo de flagrante próprio.
- (C) O caso descrito é exemplo de flagrante ficto.
- (D) Não poderá se configurar o flagrante, pois a polícia perdeu o agente de vista.
- (E) Restou configurado o flagrante impróprio.

104

Acerca da prisão em flagrante, marque a alternativa correta.

- (A) Apresentado o preso à autoridade competente, a primeira coisa a ser realizada é a oitiva das testemunhas.
- (B) No caso do crime de sequestro e cárcere privado, entende-se o agente em flagrante delito enquanto não cessar o cativeiro da vítima.
- (C) A falta de testemunhas da infração impedirá o auto de prisão em flagrante.
- (D) Quando o acusado se recusar a assinar, não souber ou não puder fazê-lo, o auto de prisão em flagrante será assinado por uma testemunha que tenha ouvido sua leitura na presença deste.
- (E) Após receber o auto de prisão em flagrante, no prazo máximo de até 48 horas após a realização da prisão, o juiz deverá promover audiência de custódia.

105

Considerando as disposições do Código de Processo Penal sobre a prisão preventiva, marque a alternativa correta.

- (A) É cabível somente na fase de investigação.
- (B) Pode ser decretada de ofício pelo juiz.
- (C) Após o pacote anticrime, a prisão preventiva não poderá ser mais decretada como garantia da ordem pública.
- (D) O risco iminente de fuga pode ser um pressuposto para a aplicação da prisão preventiva, desde que preenchido os outros requisitos exigidos pela lei.
- (E) Poderá ser aplicada, preenchidos todos os requisitos, nos crimes dolosos e culposos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a quatro anos.

106

A prisão preventiva é uma importante medida cautelar pessoal usada com diferentes fundamentos e exigindo determinados requisitos previstos na lei. Acerca do tema, marque a afirmativa correta.

- (A) O prazo da prisão preventiva não deve ultrapassar 90 dias.
- (B) A dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou quando esta não fornecer elementos suficientes para esclarecê-la não poderá ser motivo para a decretação da prisão preventiva.

- (C) Poderá ser admitida a prisão preventiva como decorrência imediata de investigação criminal nos crimes hediondos ou equiparados.
- (D) A decisão que decretar ou denegar a prisão preventiva será sempre motivada e fundamentada, prescindível a motivação no caso da simples substituição da medida.
- (E) Decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 90 dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal.

Legislação Aplicada à Polícia Legislativa Federal

Cristiane Capita

107

Durante sessão plenária, o Deputado Carlos Silva ofendeu outro parlamentar, provocando tumulto e suspensão dos trabalhos. Considerando o Regimento Interno da Câmara, assinale a alternativa que indica quem deve adotar as providências disciplinares iniciais.

- (A) Compete à Mesa Diretora deliberar sobre a instauração de sindicância ou inquérito disciplinar, mediante decisão de seus membros, sob proposta do Presidente.
- (B) Cabe ao Presidente da Câmara conhecer do fato e requisitar à Corregedoria Parlamentar a abertura de sindicância ou inquérito para apurar responsabilidades.
- (C) A apuração de infrações disciplinares de Deputados depende de representação formal de outro parlamentar ou de partido político com assento na Casa.
- (D) A instauração de inquérito disciplinar é atribuição originária da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, independentemente de requisição da Presidência.
- (E) Verificada a prática de excesso em sessão, o Presidente deve aplicar imediatamente sanção disciplinar ao infrator, sem necessidade de apuração prévia pela Corregedoria.

108

Durante uma audiência pública em uma das comissões permanentes da Câmara dos Deputados, um cidadão armado ameaçou parlamentares e servidores. O suspeito foi detido por seguranças da Casa e encaminhado à área de segurança institucional. Constatou-se, posteriormente, que o indivíduo não possuía vínculo com o Parlamento. Considerando as normas regimentais que disciplinam a manutenção da ordem, a condução de inquérito e a competência das autoridades da Câmara, assinale a afirmativa correta.

- (A) Compete ao Corregedor Parlamentar presidir o inquérito sempre que for cometido delito nas dependências da Câmara.
- (B) Concluído o inquérito, caberá ao Presidente da Câmara encaminhá-lo ao Ministério Público, após parecer da Corregedoria Parlamentar.
- (C) O inquérito é presidido, em regra, pelo diretor de serviços de segurança da Câmara, ressalvado o caso de o indiciado ser Deputado, hipótese em que caberá ao Corregedor ou seu substituto conduzi-lo.
- (D) A instauração do inquérito depende de deliberação prévia da Mesa Diretora, por maioria absoluta de seus membros, e posterior remessa à autoridade judicial competente.
- (E) A presidência do inquérito cabe à autoridade judicial, uma vez que as autoridades da Câmara não dispõem de competência legal para conduzir apuração de natureza criminal.

109

Em situação de flagrante de crime inafiançável ocorrido nas dependências da Câmara dos Deputados e envolvendo um de seus membros, cabe à autoridade competente adotar as providências regimentais cabíveis. Nessa hipótese, assinale a alternativa correta.

- (A) O parlamentar deverá ser conduzido à autoridade policial do Distrito Federal, que providenciará a lavratura do auto de prisão e sua remessa ao Poder Judiciário.
- (B) O Presidente da Câmara receberá o preso e adotará as providências cabíveis, em conformidade com o Regimento Interno e a Constituição Federal.
- (C) A Mesa Diretora deliberará, por maioria absoluta, sobre a manutenção ou relaxamento da prisão antes de comunicação ao Poder Judiciário.
- (D) A prisão somente poderá ser efetuada mediante autorização judicial, em respeito à imunidade parlamentar.
- (E) A equipe de segurança da Câmara deverá limitar-se a preservar o local do crime até a chegada da autoridade policial competente.

110

Com base nas disposições do Regimento Interno da Câmara dos Deputados relativas à segurança e à utilização de suas dependências, julgue os itens a seguir como C (certo) ou E (errado).

- I – É vedado o exercício de comércio nas dependências da Câmara, salvo quando expressamente autorizado pela Mesa Diretora.
- II – O porte de armas de qualquer espécie é proibido nos edifícios e áreas adjacentes da Câmara, exceto aos membros da segurança institucional.
- III – A violação à proibição de porte de armas constitui apenas infração disciplinar interna, sem repercussão penal.
- IV – Cabe ao Corregedor Parlamentar supervisionar o cumprimento da proibição de porte de armas, podendo determinar revista e desarmamento.
- V – Compete ao Presidente da Câmara autorizar, de forma excepcional, a entrada de pessoas armadas em sessões solenes, mediante comunicação à Mesa.

Assinale a opção que apresenta a sequência correta:

- (A) C – C – E – C – E
- (B) E – C – C – E – C
- (C) C – E – C – E – C
- (D) C – C – E – C – E
- (E) E – E – C – C – C

111

Um grupo de visitantes se recusou a apresentar crachá de identificação ao tentar ingressar nas dependências da Câmara dos Deputados e, já no interior do edifício principal, alguns começaram a exhibir faixas ofensivas durante a reunião de uma comissão.

Diante dessa situação, assinale a alternativa correta à luz do Regimento Interno.

- (A) Compete à Mesa Diretora autorizar, em caráter excepcional, o acesso de pessoas sem identificação, desde que acompanhadas por servidor da Casa.
- (B) A segurança da Câmara pode impedir o ingresso de qualquer pessoa não identificada, e, se houver comportamento inconveniente, o Presidente ou o presidente da comissão poderá determinar a retirada imediata do recinto.
- (C) A retirada compulsória de visitantes só é possível mediante ordem judicial, por se tratar de espaço público de livre acesso.
- (D) O policiamento interno é de responsabilidade da Polícia Militar do Distrito Federal, que atua sob supervisão do Presidente da Câmara.
- (E) A Corregedoria Parlamentar deve instaurar sindicância para apurar eventual abuso, sendo vedada qualquer intervenção da segurança institucional sem prévia autorização da Mesa.

112

Considerando o procedimento de inquérito instaurado para apuração de delitos ocorridos nas dependências da Câmara dos Deputados, conforme previsto no Regimento Interno, julgue os itens a seguir como C (certo) ou E (errado).

- I – Compete ao diretor de serviços de segurança presidir o inquérito instaurado em razão de delitos cometidos nas dependências da Câmara, salvo se o indiciado ou o preso for membro da Casa.
- II – Quando o inquérito envolver Deputado Federal, sua condução caberá ao Corregedor ou ao Corregedor substituto.
- III – O inquérito observará o Código de Processo Penal e os regulamentos policiais do Distrito Federal, naquilo em que forem aplicáveis.
- IV – Concluído o inquérito, o relatório deverá ser encaminhado à autoridade judiciária competente.
- V – Em casos de flagrante de crime inafiançável cometido por servidor da Câmara, o agente será entregue, com o auto respectivo, ao Presidente da Casa, para deliberação da Mesa Diretora.

Assinale a opção que apresenta a sequência correta:

- (A) C – C – C – E – E
- (B) C – E – C – C – C
- (C) E – C – C – E – C
- (D) C – C – C – C – E
- (E) E – E – C – C – C

113

Durante evento institucional nas dependências da Câmara, um servidor armado, sem autorização, discutiu com um visitante e foi desarmado pela equipe de segurança. O episódio foi relatado à Corregedoria Parlamentar. Considerando o Regimento Interno, assinale a afirmativa correta.

- (A) O porte de armas por servidor da Câmara é permitido em serviço, desde que comunicado ao Corregedor.
- (B) A infração praticada configura apenas violação administrativa, não caracterizando contravenção penal.
- (C) O Corregedor tem competência para supervisionar o cumprimento da proibição, podendo determinar revista e desarmamento.
- (D) A apuração do fato deve ser conduzida pela Mesa Diretora, mediante processo disciplinar próprio.
- (E) Compete exclusivamente à autoridade policial do Distrito Federal conduzir o inquérito, vedada atuação interna da Câmara.

114

Conforme o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a atuação da Corregedoria Parlamentar no tocante à ordem e à disciplina nas dependências da Casa envolve:

- (A) a competência para instaurar inquérito em qualquer hipótese de delito cometido nos edifícios da Câmara, independentemente da condição do autor do fato.
- (B) o poder de determinar revista e desarmamento de qualquer pessoa, sendo-lhe facultado requisitar apoio técnico de órgãos policiais externos.
- (C) a atribuição de fiscalizar o cumprimento da proibição de porte de armas nas dependências da Câmara, podendo ordenar revistas e desarmamentos.
- (D) o dever de instaurar sindicância ou inquérito sempre que o Presidente da Câmara tiver conhecimento de excesso disciplinar cometido por Deputado.
- (E) a função de supervisionar o policiamento interno da Casa, sob a direção do Presidente da Câmara, podendo requisitar efetivos das polícias civil e militar do Distrito Federal.

115

Durante uma solenidade no Salão Verde, um grupo de visitantes iniciou manifestações políticas que interromperam o evento. A equipe de segurança da Câmara foi acionada, e, diante da resistência dos participantes em se retirar, houve necessidade de reforço.

Com base no Regimento Interno, assinale a alternativa correta quanto à competência para manter a ordem e o policiamento nas dependências da Casa.

- (A) Compete à Corregedoria Parlamentar requisitar diretamente apoio da Polícia Militar do Distrito Federal para restabelecimento da ordem.
- (B) A segurança dos edifícios da Câmara é atribuição conjunta da Mesa e da Polícia Militar do Distrito Federal.
- (C) Cabe exclusivamente ao Corregedor determinar medidas de controle e segurança nos eventos realizados nas dependências internas.
- (D) O policiamento interno é de competência privativa da Mesa, sob a direção suprema do Presidente da Câmara.
- (E) A atuação da equipe de segurança depende de autorização expressa do Plenário, quando houver perturbação durante sessão pública.

116

Durante investigação de furto de equipamentos nas dependências da Câmara, o diretor de serviços de segurança instaurou inquérito interno. Para realização de perícias técnicas, solicitou apoio da Polícia Federal, designando servidor estável da Casa para atuar como escrivão. À luz do Regimento Interno, assinale a alternativa correta.

- (A) O diretor de segurança agiu de forma irregular, pois somente o Corregedor pode presidir inquérito de natureza criminal.
- (B) A designação de escrivão deve recair sobre qualquer servidor da Câmara, independentemente de estabilidade, desde que possua formação jurídica.
- (C) A solicitação de apoio técnico de órgão policial especializado é admitida, desde que a presidência do inquérito permaneça com autoridade interna.
- (D) O inquérito instaurado pela Câmara deve ser remetido à Corregedoria.
- (E) O Regimento Interno veda expressamente a colaboração entre a segurança da Câmara e órgãos policiais externos.

117

Durante sessão solene no Plenário Ulysses Guimarães, manifestantes começaram a gritar palavras de ordem nas galerias e a lançar panfletos sobre os parlamentares. O tumulto interrompeu os trabalhos, exigindo atuação imediata das autoridades internas.

De acordo com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, assinale a alternativa correta.

- (A) O Presidente da Comissão de Segurança Institucional deve deliberar sobre a conduta a ser adotada, por tratar-se de evento de grande porte.
- (B) Cabe à Mesa autorizar a segurança a agir, quando houver manifestação de público nas galerias.
- (C) A retirada compulsória de visitantes deve ser precedida de autorização judicial, por se tratar de espaço público.
- (D) O Corregedor Parlamentar deve ser previamente ouvido antes de qualquer intervenção da equipe de segurança.
- (E) O Presidente da Câmara é a autoridade competente para determinar a retirada imediata dos visitantes que perturbem a ordem.

Segurança Institucional

Marcos Girão

118

Em missão oficial no Brasil, um chefe de Estado estrangeiro é acompanhado por sua própria equipe de segurança. Para que seus agentes possam portar armas de fogo em território nacional, é necessária autorização específica prevista no Estatuto do Desarmamento (Lei n. 10.826/2003). Além disso, o mesmo diploma legal prevê que o registro e a concessão de porte de trânsito de arma de fogo para colecionadores, atiradores e caçadores (CACs), bem como para representantes estrangeiros em competições oficiais de tiro realizadas no país, dependem de regulamentação própria.

Nessas hipóteses, a competência é atribuída, respectivamente:

- (A) Ao Ministério da Justiça e ao Ministério da Defesa.
- (B) Ao Departamento de Polícia Federal e ao Ministério da Justiça.
- (C) Ao Ministério da Justiça e ao Comando do Exército.
- (D) Ao Presidente da República e ao Comando da Marinha.
- (E) Ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério da Defesa.

119

Durante um evento esportivo, um atleta de 45 anos subitamente perde a consciência e cai ao solo. Ao ser avaliado por um socorrista leigo, constata-se que a vítima não apresenta movimentos respiratórios eficazes nem pulso palpável. Considerando os procedimentos básicos de primeiros socorros diante de uma parada cardiorrespiratória (PCR), a conduta inicial mais adequada é:

- (A) Realizar a manobra de Heimlich, para desobstruir as vias aéreas.
- (B) Aplicar compressas frias na testa, a fim de evitar danos neurológicos.
- (C) Iniciar de imediato compressões torácicas com frequência e profundidade adequadas.
- (D) Elevar as pernas da vítima, buscando favorecer o retorno venoso.
- (E) Oferecer líquidos à vítima, para evitar desidratação.

120

Os deslocamentos de autoridades são momentos de alta vulnerabilidade para sua segurança. Considerando essa realidade, é mais recomendado para os deslocamentos habituais de um dignitário:

- (A) Seguir rigorosamente o trajeto determinado pela autoridade.
- (B) Realizar todos os deslocamentos com acompanhamento policial obrigatório.
- (C) Manter horários fixos, variando apenas os caminhos percorridos.
- (D) Priorizar o uso de helicópteros em todos os deslocamentos.
- (E) Alternar sistematicamente os horários e os caminhos utilizados.

121

Durante um deslocamento a pé de uma autoridade no interior do Congresso Nacional, agentes da Polícia Legislativa Federal são acionados para realizar a proteção em ambiente com grande fluxo de pessoas e risco potencial de aproximação hostil. Considerando as formações de escolta a pé utilizadas em operações de segurança de dignitários, assinale a alternativa correta:

- (A) A formação em diamante posiciona os agentes em linha lateral, deixando a retaguarda descoberta, sendo adequada apenas para ambientes abertos.
- (B) A formação em linha coloca todos os agentes lado a lado, protegendo frontalmente o protegido, mas é indicada apenas em situações de evacuação emergencial.
- (C) A formação em triângulo invertido posiciona agentes à frente e nas laterais, deixando o protegido atrás da linha, sendo usada prioritariamente em progressão ofensiva.
- (D) A formação em diamante busca cobertura de 360º ao redor do protegido, sendo a mais utilizada em deslocamentos a pé em áreas com aglomeração.
- (E) A formação em coluna é recomendada para ambientes amplos e sem restrição de espaço, já que favorece a dispersão dos agentes e aumenta a distância de reação.

122

Um novo chefe de segurança é designado para proteger um dignitário em um evento de grande porte, com a presença de diversas autoridades e público variado. O chefe de segurança precisa elaborar um plano de segurança detalhado, considerando técnicas, táticas, análise de riscos e planejamento de contingências.

No planejamento da segurança do dignitário, a análise de riscos é uma etapa fundamental. A alternativa que apresenta a sequência correta das etapas da análise de riscos é:

- (A) Identificação das ameaças, avaliação dos danos, diagnóstico da vulnerabilidade, aplicação de métodos de controle.
- (B) Avaliação dos danos, identificação das ameaças, aplicação de métodos de controle, diagnóstico da vulnerabilidade.
- (C) Diagnóstico da vulnerabilidade, identificação das ameaças, avaliação dos danos, aplicação de métodos de controle.
- (D) Identificação das ameaças, diagnóstico da vulnerabilidade, avaliação dos danos, aplicação de métodos de controle.
- (E) Aplicação de métodos de controle, avaliação dos danos, diagnóstico da vulnerabilidade, identificação das ameaças.

123

Uma adolescente de 14 anos simulou o próprio sequestro, e, por meio de mensagens, via WhatsApp, se passou por um sequestrador exigindo de seu pai, sob grave ameaça, determinada quantia em dinheiro como resgate.

O ato infracional praticado é análogo à

- (A) roubo impróprio.
- (B) furto mediante fraude.
- (C) estelionato.
- (D) receptação.
- (E) extorsão.

124

Em uma escolta motorizada da Polícia Legislativa Federal, a equipe deve adotar rotinas e técnicas que reduzam a previsibilidade e aumentem a capacidade de resposta. Considerando as boas práticas de segurança veicular em proteção de autoridades, assinale a conduta que deve ser evitada:

- (A) Manter velocidade compatível com a via e com o fluxo, aplicando variações táticas quando necessário para reduzir previsibilidade.
- (B) Inspeccionar o veículo antes e após o uso, conferindo pneus, compartimentos, sistemas elétrico/ignição e sinais de sabotagem.
- (C) Circular com portas trancadas e vidros fechados em deslocamentos e paradas rápidas operacionais.
- (D) Permanecer dentro do veículo estacionado, aguardando a autoridade, sem observação ativa do entorno.
- (E) Estacionar de ré, com a frente voltada para a saída (via de escape), reduzindo o tempo de reação para evasão.

125

Durante uma simulação de ocorrência no âmbito da Polícia Legislativa Federal, um agente em treinamento é colocado diante de uma situação de confronto físico inesperado em área de circulação restrita. O instrutor ressalta que, para a correta aplicação da defesa pessoal, não basta o domínio técnico das manobras, mas também a observância de princípios que regem a atuação profissional. Nesse contexto, constitui um princípio fundamental da defesa pessoal:

- (A) A utilização deliberada de força excessiva, a fim de garantir a neutralização imediata de qualquer ameaça.
- (B) A divulgação irrestrita das técnicas aprendidas, mesmo para pessoas não autorizadas, de modo a ampliar o conhecimento coletivo.
- (C) A manutenção da calma e do controle emocional, preservando a capacidade de avaliar riscos e aplicar a força de maneira proporcional.
- (D) A priorização de técnicas ofensivas de ataque sobre as defensivas, como forma de garantir vantagem sobre o agressor.
- (E) A desconsideração de medidas preventivas de segurança, concentrando-se apenas na reação física ao ataque.

126

Em uma auditoria de rotina sobre as medidas de segurança no Congresso Nacional, verificou-se a adoção de práticas voltadas tanto para a gestão das áreas e instalações quanto para a segurança das telecomunicações. Considerando a doutrina de segurança institucional, avalie os itens a seguir:

- I – O controle de acesso físico às dependências deve combinar barreiras humanas, tecnológicas e procedimentais, de forma a limitar a entrada apenas de pessoas previamente autorizadas.
- II – A segurança das instalações envolve não apenas a proteção de áreas críticas, mas também a adoção de planos de contingência para situações de incêndio, evacuação e desastres.
- III – A segurança das telecomunicações abrange medidas como criptografia de dados, gestão de credenciais e prevenção contra interceptações, sendo elemento essencial da proteção institucional.
- IV – A proteção das telecomunicações pode ser dispensada em órgãos públicos, já que a maioria das informações transmitidas é de caráter aberto e não compromete a segurança da instituição.

Estão corretos apenas os itens:

- (A) I, II e III.
- (B) I e IV.
- (C) II e IV.
- (D) I, III e IV.
- (A) III e IV.

127

Um servidor da Polícia Legislativa Federal é designado para atuar em posto de controle de acesso durante uma sessão solene no Congresso Nacional. Nesse ambiente, haverá grande circulação de parlamentares, servidores, convidados e visitantes. Considerando os princípios da qualidade no atendimento ao público, avalie as condutas descritas a seguir:

- I – Demonstrar disponibilidade para ouvir atentamente o usuário, prestando informações de forma clara e objetiva, sem dispersões desnecessárias.
- II – Adotar postura respeitosa e cortês, mesmo diante de situações de pressão ou de usuários exaltados, mantendo o controle emocional.
- III – Fornecer respostas evasivas e genéricas, evitando dar informações detalhadas para não perder tempo.
- IV – Manter apresentação pessoal compatível com a função, transmitindo credibilidade, profissionalismo e disciplina.
- V – Interromper o atendimento ao público para resolver demandas pessoais, sempre que julgar necessário, desde que rapidamente.

Estão de acordo com os princípios de qualidade no atendimento apenas:

- (A) I, II e IV.
- (B) I, III e V.
- (C) II, III e IV.
- (D) I, II, IV e V.
- (E) I, II, III e IV.

128

Durante uma atividade de policiamento no interior do Congresso Nacional, agentes da Polícia Legislativa Federal identificam um indivíduo em atitude suspeita que insiste em acessar área restrita, mesmo após orientação para se retirar. Considerando os princípios das técnicas operacionais aplicáveis à atividade policial institucional, a conduta mais adequada do agente responsável pela abordagem é:

- (A) Confrontar imediatamente o indivíduo com técnicas de imobilização, para evitar qualquer risco de aproximação à área restrita.
- (B) Manter contato visual, preservar distância segura, realizar verbalização clara e progressiva, evoluindo para técnicas de contenção física apenas se a resistência persistir.
- (C) Evitar o uso de verbalização para não alertar o suspeito, passando diretamente ao emprego de técnicas de força física.
- (D) Permitir a aproximação do indivíduo até o limite físico da barreira, iniciando intervenção apenas em caso de agressão direta.
- (E) Solicitar que outros cidadãos auxiliem na contenção do indivíduo, caso a resistência persista, para evitar desgaste da equipe policial.

Direito Administrativo

Maria Júlia

129

(Caso hipotético) Carla foi nomeada, mas não tomou posse em 30 dias porque estava viajando e só requereu mais 15 dias após o término do prazo. João tomou posse, porém não entrou em exercício em 15 dias. Nessa situação, assinale a alternativa correta:

- (A) O ato de provimento de Carla poderá ser mantido, porque a Administração pode conceder prorrogação a qualquer tempo, e João apenas receberá advertência.
- (B) O ato de provimento de Carla torna-se sem efeito e João será exonerado do cargo.
- (C) O ato de provimento de Carla é anulável, não nulo, e João terá o prazo reaberto por mais 15 dias.

(D) Carla será exonerada por inassiduidade e João terá o ato de provimento tornado sem efeito.

(E) Ambos serão apenas afastados por 30 dias, com possibilidade de convalidação posterior.

130

Analise os institutos e marque a alternativa correta.

- (A) Reversão é o retorno do aposentado; reintegração é o retorno do estável com ressarcimento quando invalidada a demissão; recondução é retorno do estável ao cargo anterior por inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo ou por reintegração do anterior ocupante; se o cargo estiver provido, o atual ocupante será indenizado.
- (B) Se houver reintegração, o atual ocupante do cargo será sempre exonerado, com indenização.
- (C) Na reintegração, se o cargo estiver provido, o ocupante será reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, ou aproveitado em outro cargo, ou posto em disponibilidade; já a reversão é retorno do aposentado; e a recondução é retorno ao cargo anterior por inabilitação em probatório relativo a outro cargo ou por reintegração do anterior ocupante.
- (D) A recondução somente ocorre por inabilitação em estágio probatório, jamais por reintegração do anterior ocupante.
- (E) Na reversão no interesse da Administração, o servidor retorna independentemente de existir vaga e sem requisitos legais.

131

(Caso hipotético) Maria foi nomeada para cargo em comissão DAS-5 em Brasília. Seu cônjuge possui imóvel próprio em Brasília, registrado há 2 anos em nome dele. Sobre auxílio-moradia e teto remuneratório:

- (A) Maria pode receber auxílio-moradia, porque a restrição só vale para imóveis adquiridos nos últimos 12 meses.
- (B) Maria não pode receber auxílio-moradia, pois ela ou seu cônjuge possuir imóvel no município da sede do cargo impede o benefício, independentemente do tempo de aquisição.
- (C) Adicional noturno e gratificação de localidade especial são indenizatórios e, por isso, nunca se submetem ao teto.
- (D) A CF exclui automaticamente toda verba indenizatória do teto, não dependendo de lei.
- (E) Em remoção a pedido para acompanhar cônjuge removido no interesse da Administração, sempre há ajuda de custo para despesas de instalação.

132

(Caso hipotético) Em 2020 surgiram indícios de corrupção praticada por servidor. Em 2021, a autoridade instaurou sindicância e arquivou o feito. Em 2023, abriu-se PAD; o indiciado foi citado por edital e, passados 15 dias da última publicação, não apresentou defesa. À luz da Lei n. 8.112/1990, assinale a alternativa correta:

- (A) A sindicância é sempre suficiente, mesmo quando a falta possa culminar em demissão.
- (B) A instauração de sindicância ou PAD interrompe a prescrição até a decisão final; depois, o prazo volta a correr.
- (C) O indiciado revel não pode ter defensor dativo, sob pena de nulidade por violação ao contraditório.
- (D) A prescrição para penalidade de demissão é de 2 anos, contados da ciência do fato pela Administração.
- (E) A eventual prescrição impede a responsabilização da autoridade que a deixou ocorrer por omissão.

133

Rita, servidora aposentada da União, foi convidada para realizar, sem remuneração, consultoria técnica em um órgão federal. Ela aceitou a tarefa por amizade ao gestor. Diante do art. 4º da Lei n. 8.112/1990, tal conduta:

- (A) É válida, pois se trata de colaboração voluntária e sem ônus ao erário.
- (B) É válida apenas se houver autorização do Presidente da República.
- (C) É proibida, pois a Lei veda a prestação de serviços gratuitos, salvo nos casos previstos em lei.
- (D) É válida, pois o vínculo é eventual e sem caráter funcional.
- (E) É permitida desde que o serviço seja de interesse público.

134

Servidor efetivo recebe adicional noturno e gratificação de localidade especial. Sobre o teto constitucional, assinale a correta:

- (A) Tais verbas são indenizatórias e não se submetem ao teto.
- (B) A remuneração do servidor se submete ao teto; adicional noturno possui tratamento próprio, mas gratificação de localidade especial integra a base sujeita ao teto.
- (C) Apenas o vencimento básico entra no teto, nunca vantagens.
- (D) O teto não se aplica a servidores efetivos, apenas a agentes políticos.
- (E) O teto se aplica somente quando houver acumulação de cargos.

135

(Caso hipotético) Servidor faltou 2 dias por enchentes na cidade. A chefia, reputando razoável, autorizou compensação das horas. Pergunta-se:

- (A) As faltas serão descontadas e não podem ser compensadas.
- (B) A compensação é possível; reconhecida a justificativa, as faltas podem ser consideradas de efetivo exercício.
- (C) A compensação exige autorização do Ministro de Estado.
- (D) Compensação só é possível em até 24 horas de ausência.
- (E) A chefia não tem discricionariedade para reconhecer caso fortuito.

136

(Caso hipotético) Maria foi nomeada para DAS-5 em Brasília. Seu cônjuge é proprietário de imóvel no mesmo município, adquirido há 2 anos. Sobre auxílio-moradia, assinale a alternativa correta:

- (A) Maria pode receber o auxílio, pois a restrição alcança apenas imóveis adquiridos nos últimos 12 meses.
- (B) Maria não poderá receber o auxílio se ela ou o cônjuge/companheiro for proprietário de imóvel no município da sede, independentemente do tempo de aquisição.
- (C) O imóvel do cônjuge não interfere, pois só se considera propriedade do próprio servidor.
- (D) A vedação cai se Maria provar que não mora no imóvel do cônjuge.
- (E) A vedação só alcança imóveis residenciais com menos de 90 m².

137

(Caso hipotético) João, servidor federal, foi removido a pedido para acompanhar sua esposa, também servidora, removida de ofício no interesse da Administração para outro Estado. Sobre ajuda de custo:

- (A) João faz jus à ajuda de custo, pois acompanha cônjuge removido de ofício.
- (B) João não faz jus à ajuda de custo, pois sua remoção foi a pedido.
- (C) A ajuda de custo é devida sempre que houver deslocamento de sede, a qualquer título.
- (D) A ajuda de custo só é devida a cargos em comissão.
- (E) A lei veda ajuda de custo em qualquer hipótese de remoção.

138

(Caso hipotético) Fatos de corrupção foram conhecidos em 2020. Em 2021, instaurou-se sindicância; em 2026, houve decisão final em PAD. Sobre prescrição:

- (A) A sindicância não interrompe a prescrição.
- (B) A prescrição para demissão é de 2 anos.
- (C) A sindicância ou o PAD interrompem a prescrição até a decisão final; depois, o prazo volta a correr.
- (D) A interrupção vale apenas para advertência.
- (E) Houve prescrição, pois o prazo correu continuamente desde 2020.

139

(Caso hipotético) Servidor é acusado de falta grave com possível demissão. O chefe instaurou apenas sindicância punitiva e arquivou após ouvir 2 testemunhas. Assinale a correta:

- (A) A sindicância é suficiente, ainda que a sanção possível seja demissão.
- (B) Sendo possível demissão, é obrigatória a instauração de PAD (e não mera sindicância).
- (C) A sindicância substitui o PAD em qualquer hipótese.
- (D) O PAD só é obrigatório quando houver prisão em flagrante.
- (E) O arquivamento em sindicância impede PAD posterior.

140

(Caso hipotético) Ana (com guarda judicial) e Júlia (com adoção formalizada) adotaram crianças de 2 anos. Requerem licença remunerada. À luz da Lei n. 8.112/1990:

- (A) Só Ana tem direito, por ter guarda; Júlia não tem, pois não há guarda judicial.
- (B) Ambas têm direito; para crianças > 1 ano, o prazo é de 30 dias.
- (C) Ambas têm direito; por se tratar de adoção, o prazo é sempre 90 dias.
- (D) Apenas Júlia tem direito, pois a adoção dispensa guarda.
- (E) Nenhuma tem direito, pois a licença é apenas para criança até 1 ano.

Discursiva - Atualidades

Rafael de Oliveira

TEXTO MOTIVADOR

A realização da Conferência das Partes da ONU (COP) em território brasileiro, coincidindo com a 30ª edição do evento, coloca o país no centro do debate internacional sobre mudanças climáticas e aquecimento global. A emergência de medidas efetivas para mitigar os impactos ambientais e promover o desenvolvimento sustentável torna-se, assim, um desafio tanto para o Brasil quanto para a comunidade internacional.

Tendo o texto acima como referencial, responda às questões a seguir:

Questões para orientar a redação do texto dissertativo (30 linhas):

- Quais são os principais desafios enfrentados pelo Brasil ao sediar a COP no que se refere à adoção de medidas concretas contra o aquecimento global, considerando seus interesses econômicos, sociais e ambientais?
- De que forma a realização da COP no Brasil pode contribuir para o fortalecimento da liderança internacional do país nas negociações climáticas e para a formulação de políticas públicas sustentáveis no cenário interno?

TEMA

Conferência das Partes da ONU (COP).

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

[illegible]

GRANXPERTS

O POTENCIAL VOCÊ JÁ TEM.

Nós só precisamos te mostrar,
para juntos correremos rumo
à sua aprovação.

O programa de coaching do Gran é o diferencial na sua preparação. Com ele, você chega mais longe e mais rápido. Nosso time de Xperts está de prontidão para guiar nossos alunos por caminhos em que o estudo é mais prático e organizado e o aprendizado vem de forma mais fácil e segura.



PERSONALIZAÇÃO

Seu coach irá te apoiar e direcionar pelos longos e difíceis caminhos do estudo. Com técnicas e táticas personalizadas de acordo com suas necessidades, um plano estratégico de estudos será traçado para que você alcance resultados mais rápidos e satisfatórios.



ACOMPANHAMENTO DE ROTINA

Com planos feitos, resta colocá-los em prática. Com ajuda para gerenciar e desenvolver sua rotina, você consegue ajustar sua jornada diária para que todas as suas necessidades sejam preenchidas ao longo das horas. Principalmente os estudos!



PERCEPÇÃO DE CAPACIDADES

Onde você é muito bom, em que precisa melhorar, quais são seus limites, onde necessita de mais ajuda. Seu coach terá uma percepção clara de como você funciona e como deverá traçar suas metas e objetivos.



MOTIVAÇÃO

Uma batalha travada com amigos ao lado é sempre mais fácil de encarar. Conte sempre com apoio, motivação, suporte, dicas, palavras de ânimo e, se precisar, até puxões de orelha que vão fazer você chegar aonde sempre sonhou.

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero fazer parte do
programa granxperts